



TRIBUNAL DE J.
CORREGEDORIA DE JU
CORREIÇÃO GERAL OR

NO. PROCESSO: 2016.7.003943-3

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro 30/11/2016

CLASSE ... CORREIÇÃO - ORDINARIA



Partes

REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTICA DAS COMARCAS

ENVOLVIDO - COMARCA DE TUCURUÍ

ATA DE

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às 14h00min, no Salão do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Tucuruí, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Senhora Doutora MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), a Excelentíssima Senhora Doutora JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO, Juíza de Direito Substituta, respondendo pela 3ª Vara Criminal, o Excelentíssimo Senhor Doutor PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA, Juiz substituto, respondendo pela 2ª Vara Cível e os Senhores ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO e THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS, Assessores Jurídicos. A Juíza Corregedora inicialmente saudou a todos os presentes, identificou-se e apresentou os assessores jurídicos, ressaltando que está a disposição dos magistrados, servidores e jurisdicionados. Em seguida, a Juíza Corregedora ressaltou a importância desse contato direto entre a Corregedoria e os servidores, não somente os do quadro efetivo, como também os cedidos por outros órgãos, tendo em vista a responsabilidade de todos pelos atos decorrentes do exercício de suas funções. Também ressaltou o caráter orientativo da Corregedoria e que está à disposição para tirar dúvidas, bem como realizar esclarecimentos, visando a otimização dos serviços forenses. Teceu, ainda, em linhas gerais, em que consistirão os trabalhos realizados no decorrer da correição, a saber: análise processual, acompanhamento das atividades desenvolvidas nas secretarias, verificação do cumprimento das metas do CNJ e da taxa de congestionamento das unidades, etc. Ao final, conclamou a todos a permanecerem após o expediente forense regular, a fim de viabilizar os trabalhos correicionais. Dada a palavra ao Dr. Pedro Henrique, o mesmo ponderou que, se porventura, vierem os servidores cedidos a ser devolvidos, a atividade jurisdicional restará totalmente prejudicada. Suplicou, se possível, a nomeação de um assessor para a 2ª Vara Cível, cujo cargo está vago. Dada a palavra aos servidores, perguntaram, primeiramente, se existe a possibilidade dos cedidos serem treinados pelo TJE/PA, no que foi respondido positivamente pela Juíza Auxiliar, que aproveitou o ensejo para ratificar a disponibilidade da Corregedoria durante a correição para elucidar dúvidas. Na oportunidade, a juíza auxiliar discorreu também sobre a correição virtual, e pontuou que orientações serão dadas a respeito. Pontuaram também, os servidores, a dificuldade na utilização da *internet*, o que prejudica sobremaneira o manuseio do sistema *libra*. Por derradeiro, suscitaram o prejuízo da 1ª Vara Cível em relação à competência, por distribuição, na medida em que já possui competência geral e ainda concorre com a 2ª Vara Cível em relação aos feitos de família, ratificando,



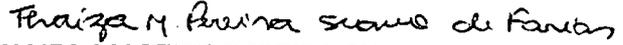
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE TUCURUÍ

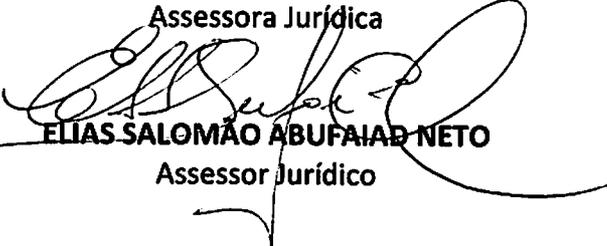
ao final, o pleito formalizado na correição anterior, no sentido de que fosse excluída essa competência, uma vez que, de acordo com o Código Judiciário, seria exclusivamente da 2ª Vara. Assim, nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião e instalada a Correição, o que, para constar, Eu  (Elias Salomão Abufaiad Neto), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO
Juíza de Direito Substituta-respondendo pela Vara Criminal

PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA
Juiz de Direito Substituto, respondendo pela 2ª Vara Cível


THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS.
Assessora Jurídica


ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO
Assessor Jurídico



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: TUCURUÍ - PA
EDITAL Nº 010/2016
PERÍODO: 21 à 25/11/2016
Juíza Corregedora: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS:
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª Vara Cível e Empresarial
1.2 COMPETÊNCIA: Infância e Juventude; Órfãos, ausentes e interditos; Fazenda Pública; Execução Fiscal; Família; Juizado Especial e Cível Geral.
1.3 MAGISTRADO (A): Dra. Cintia Walker Beltrão Gomes
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 03/06/2016 (Portaria nº 5985/2016).
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA:
2.1 ENDEREÇO: Avenida 31 de Março, S/Nº, Bairro Santa Izabel, CEP: 68.456-110 – Fórum Juiz Lúcio Amorin do Amaral
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Os servidores não possuem informação acerca da situação jurídica do imóvel.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: 01 (uma) sala para Secretaria da 1ª Vara Cível; 01 (uma) sala para o Gabinete da 1ª Vara Cível, com banheiro.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar: A sala da Secretaria da 1ª Vara Cível é pequena para o acervo processual da unidade.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar: Existe uma grande dificuldade em realizar uma limpeza adequada na Secretaria da 1ª Vara Cível, em virtude da impossibilidade de movimentar mesas e cadeiras.
2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: A secretaria da 1ª Vara dispõe de um mobiliário velho e que não atende a demanda da unidade judiciária.
Observações CJCI: A Secretaria precisa de armários de ferro para acondicionar os processos que se encontram no chão.



2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Cintia Walker Beltrão Gomes – desde 03/06/2016, (Portaria Nº 5985/2016).		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Após a Magistrada assumir a titularidade da 1ª Vara Cível da Comarca de Paragominas, em 03/06/2016, não houve nenhum magistrado auxiliar ou substituto respondendo pela comarca.		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Não houve		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, Direção do Fórum e Justiça Eleitoral		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: A Magistrada participou dos mutirões da Meta 06/2016, nos meses de abril e Agosto do corrente ano, e da Semana Estadual da Conciliação no mês Junho de 2016.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL: Relacionar e descrever: Não houve.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 – Dra. Rosa Maria Moreira da Fonseca (titular)	2007	2013
02 - Dr. Thiago Cendes Escórcio (substituto)	2013	2016
03 - Dr. Antonio José dos Santos (substituto)	2013	2014
04 - Dr. José Jonas Lacerda de Sousa (substituto)	2013	2013
05 - Dr. David Guilherme de Paiva (substituto)	2013	2013
06 - Dra. Carolina Cerqueira de Miranda Maia (substituta)	2013	2015
07 - Dra. Luanna Karissa Araujo Lopes Sodre (substituta)	2013	2016
08 - Dra. Gisele Mendes Camarço Leite (titular)	2014	2015
09 – Dr. Pedro Enrico de Oliveira (substituto)	2015	2016
10 – Dra. Cintia Walker Beltrão Gomes (titular)	2016	-
4. QUADRO FUNCIONAL (Incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Nome: VANESSA LOUZADA COELHO Cargo: Assessora do Juízo (Exclusivamente comissionada) Ato de nomeação: Portaria nº 2.496/2012		



Nome: ZENILDA PEREIRA LEITE Cargo: Atendente Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 378/1992
4.2 SECRETARIA: Nome: GIANNA ROLANDIANA ALVES MACHADO CARVALHO Cargo: Analista Judiciária - Diretora de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 4.842/2013 Nome: MARICÉLIA CRISTIAN LOPES MACHADO Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 3.235/2011 Nome: FLAVIO FRANCO DO VALLE Cargo: Estagiário Ato de nomeação: Ofício nº 155/2015 - SDF Nome: CLEITON PEREIRA DE ASSUNÇÃO LISBOA Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (concurado da Prefeitura) Ato de nomeação: Portaria nº 067/2016 - SDF Nome: DARCIENE RAMOS MARTINS DE SOUZA Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (concurada da Prefeitura) Ato de nomeação: Portaria nº 018/2011 - SDF Nome: ELY BALIEIRA PEREIRA Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é contratada da Prefeitura) Ato de nomeação: Portaria nº 013/2005 - SDF Nome: EDILENE VIEIRA MONTEIRO Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é concursada da Prefeitura Municipal) Ato de nomeação: Portaria nº 053/2015 - SDF Nome: PAULO RODRIGUES DE SÁ JUNIOR Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é concursado da Prefeitura Municipal) Ato de nomeação: Portaria nº 017/2016 - SDF
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Francisca Suenia Fernandes de Sá (Titular da 1ª PJ) – desde 09/04/2013 Dra. Amanda Luciana Sales Lobato (Titular da 2ª PJ) – desde julho/2013 Dra. Adriana Passos Ferreira (Titular da 3ª PJ) – desde 07/10/2013
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, a Dra. Francisca Suenia Fernandes de Sá, titular da 1ª Promotoria de Justiça, cumula com a Comarca de Tailândia.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Renan Correa Faraon - desde Abril/2010.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUÍ

Dr. Renato Mendes Carneiro Teixeira - desde Julho/2010) Dr. Pablo de Souza Melo - desde 2011
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, o Dr. Pablo Melo cumula com a Defensoria Pública da Comarca de Breu Branco.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA: Secretaria: Computador: 08 Scanner: 02 Impressora: 03, sendo que 01 (uma) zebra e 02 (duas) Lexmark, das quais 01 não funciona em virtude da ausência de envio de tonner pelo TJE. Gabinete: Computador: 03 Scanner: 01 Impressora: 01
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Secretaria: 08 (oito) / Gabinete: 04 Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim, pois é compatível com a quantidade de servidores lotados na unidade judiciária.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1civeltucurui@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? O email da vara é verificado diariamente pela Diretora de Secretaria.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: Os processos não têm a devida conservação, uma vez que a Secretaria da 1ª Vara Cível não dispõe de espaço físico suficiente para o armazenamento dos mesmos, além de não possuir material de expediente em quantidade suficiente para substituição das capas que já estão desgastadas.



<p>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Os servidores necessitam de cursos de atualização para manuseio do Sistema Libra, normas de atendimento ao público, gestão de processos e dos regramentos do novo Código de Processo Civil.</p>
<p>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (X) Sim (X) Não Justificar: Pois o arquivamento é realizado mensalmente.</p>
<p>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Diariamente</p>
<p>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</p>
<p>8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA</p> <p>TOTAL GERAL 2014: Sentença: 1.242 Despacho: 3.082 Decisão interlocutória: 810 Audiências: - Marcadas: 1.443 - Realizadas: 1.271 - Remarcadas: 146 - Não realizadas: 27 - Total: 1.505</p> <p>TOTAL GERAL 2015: Sentença: 803 Despacho: 3.888 Decisão interlocutória: 781 Audiências: - Marcadas: 2.092 - Realizadas: 1.745</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUÍ

- Remarcadas: 225
- Não realizadas: 122
- Total: 2.144

TOTAL GERAL 2016 (até Novembro de 2016):

Sentença: 643

Despacho: 3.358

Decisão interlocutória: 836

Audiências:

- Marcadas: 1.191
- Realizadas: 1.073
- Remarcadas: 93
- Não realizadas: 25
- Total 1.191

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	725
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	06
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	546
CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013)	14
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	74
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	502
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	3.279
CRIMINAIS	
PENAIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	-
PENAIS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	348
SITUAÇÃO DE RISCO	30
TUTELA	31
GUARDA	88
ADOÇÃO	32
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	154
OUTROS	24
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	109
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	07
TOTAL – QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA	5.969
Feitos com Tramitação Externa	192
Contagem Física - Tramitação externa	6.161



ACERVO: LIBRA		Acervo total: 7.030	
		Acervo ativo: 6.569	
9. INDICADORES GERAIS			
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:			
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)			
	ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
	2013	1.262	1.139
	2014	1.601	1.242
	2015	1.720	803
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Os processos são identificados da seguinte forma: - Carta precatória cível: fita azul - Carta precatória infância e juventude: fita azul e amarela - Infância e juventude: fita amarela - Menor internado: fita amarela e vermelha - Mandado de segurança: fita vermelha - Menor em Situação de risco: fita amarela e rosa - Idoso: fita verde - Ação civil pública (tratamento de saúde): fita rosa			
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: <input type="checkbox"/> 7) INICIAIS; <input type="checkbox"/> 8) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ <input type="checkbox"/> 2) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; <input type="checkbox"/> 9) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS; <input type="checkbox"/> 6) IDOSO; <input type="checkbox"/> 1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; <input type="checkbox"/> 10) AÇÕES DE ALIMENTOS; <input type="checkbox"/> 3) RÉU PRESO; <input type="checkbox"/> 5) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; <input type="checkbox"/> 4) ALVARÁ DE SOLTURA; <input type="checkbox"/> 12) POR ORDEM CRONOLÓGICA <input type="checkbox"/> 11) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; <input type="checkbox"/> 13) OUTRO OBSERVAÇÕES:			
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ			
	SISTEMAS	SIM	NÃO
	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
	SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
	BACENJUD	X	



CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG		X
CNA-CL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	X	
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
10: INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Acervo: 1.448 Alvo: 1.158 Julgamentos: 1.006 Grau de julgamento: 69,48% Grau de cumprimento: 86,84%, sendo que 442 processos constantes da Lista de meta 02 do CNJ, 422 são ações cíveis. META NÃO CUMPRIDA		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Não		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013): Acervo da meta: 38 Alvo: 23 Julgamentos: 24 Grau de julgamento: 63,16% Grau de cumprimento: 105,26% META CUMPRIDA		
10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: 78, sendo a data de conclusão mais antiga 18/05/2016		
11: INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Prejudicado		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:		



Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009 Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 31
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 12
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00
12.4 EXISTE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (X) Não Justificar: Não há nenhum pedido pendente de decisão.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 154
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? (X) Sim () Não Justificar: Exceto no caso de internação, que é fiscalizada pela Comarca onde o menor cumpre a medida socioeducativa.
EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: Na Comarca de Tucuruí existe um Núcleo de Penas e Medidas Alternativas que é responsável por verificar e acompanhar o cumprimento das medidas socioeducativas.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não



12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?

Prejudicado

12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, a Casa de Acolhimento Amigo da Criança

12 INDICADORES DELEGADO PENAL

13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?

Prejudicado

13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?

Prejudicado

13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?

Prejudicado

13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?

Prejudicado

13 PRECATÓRIAS

14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 109

14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 00

14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 167

14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle/cobrança? É enviado ofício para as Comarcas solicitando a devolução do referido expediente.

14 INQUÉRITOS POLICIAIS

15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00

15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00



15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 00		
15 - PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 19		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 204		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 2.622		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 2.622		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 2.251		
16 - PENDÊNCIAS DA SERVENTIA:		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 583		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 306		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 1.412		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 839		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RAIMUNDO MARTINS ARAUJO	01	19/09/2014
JOSÉ ROBERTO DA SILVA ROCHA	02	16/11/2016
MANOEL DA PAIXÃO PEREIRA NUNES	04	09/12/2014
DIMAS TEIXEIRA CAMPELO	-	-
JOSÉ AMADEU DE OLIVEIRA FILHO	-	-
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é realizado através do Sistema Libra e a cobrança é efetuada verbalmente junto ao Oficial de Justiça possuidor da referida pendência.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	128	25/03/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	61	17/03/2016
17.7.3 ADVOGADO	03	17/08/2004
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é realizado através do Sistema Libra. A cobrança é efetuada através da expedição de ato ordinatório (para advogados) e ofício (Ministério Público e Defensoria Pública).		



17. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-GCJE E Nº 04/2014-CJC)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (X) Não Justificar: Somente no Sistema Libra, porque os servidores não sabiam da necessidade de cadastrá-los no CNJ.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: Os bens apreendidos ficam na Secretaria da Vara, acondicionadas em baixo do balcão de atendimento.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Relatório em anexo.		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (X) Sim () Não Justificar: O recolhimento das armas da 1ª Vara Cível da Comarca de Tucuruí é realizado uma vez por ano pela Comissão de Transporte do Tribunal de Justiça.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar:		
18. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Relatório em anexo.		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?		



() Sim () Não Prejudicado
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (x) Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar:
19 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
<p>A Secretaria tem uma grande quantidade de processos em tramitação, totalmente excessivo, em virtude da distribuição de competência totalmente prejudicial à 1ª vara, já que abarca matérias em que se exige certa urgência, como Infância e Juventude e Fazenda Pública, além de competência por distribuição das matérias atinentes à FAMÍLIA.</p> <p>Há uma desarmonia e uma desigualdade na distribuição de competências, tanto que a 2ª vara cível desta comarca tem em tramitação no sistema menos de 3000 processos, enquanto estava vara tem mais 6000 processos em tramitação.</p> <p>Ademais, a vara dispõe apenas de 02 (duas) servidores do Tribunal de Justiça, uma analista judiciária e uma auxiliar judiciária, sendo os demais servidores cedidos da prefeitura, um número bem precário em relação a demanda, que mesmo realizando jornada extraordinária não tem condições atender a necessidade.</p> <p>Destaca-se, também, a ausência de material de expediente do almoxarifado, que dificulta a reposição de estoque, como exemplo recente pode se citar: falta de capa de processo e tonner.</p> <p>Ressalto que o TJE/PA estuda a possibilidade de retirar desta vara os feitos relativos à família, o que é uma necessidade urgente.</p> <p>Ressalto também a necessidade de instalação de vara do juizado nesta comarca, visto que já encontra-se devidamente criada por lei.</p>
20 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Tucuruí, 22/11/2016.

OBS: ORIENTAR A SECRETARIA JUDICIAL A SEPARAR PARA ANÁLISE, POR AMOSTRAGEM, PELA EQUIPE DE CORREIÇÃO:

- A) PROCESSOS CÍVEIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;
- B) PROCESSOS CÍVEIS FORA DA META 2/2016/CNJ;
- C) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;
- D) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;
- E) PROCESSOS CÍVEIS INCLUÍDOS NA META 4/2016/CNJ (AÇÕES CIVIS PÚBLICAS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUÍ - PA

- F) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 4/2016/CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013);**
- G) PROCESSOS DE AÇÕES COLETIVAS INCLUÍDOS NA META 6/2016/CNJ;**
- H) PROCESSOS COM RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS;**
- I) PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA;**
- J) PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL;**
- K) PROCESSOS DE ATO INFRACIONAL;**
- L) PROCESSOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE;**
- M) PROCESSO DE CARTAS PRECATÓRIAS;**
- N) PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL;**
- O) PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL;**
- P) PROCESSOS CÍVEIS EXCLUÍDOS DA META 02.**



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: TUCURUÍ/PA
EDITAL Nº 010/2016
PERÍODO: 21 à 25/11/2016
Juíza Corregedora: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara Cível e Empresarial
1.2 COMPETÊNCIA: Registro público, família, falência e juizado especial
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Pedro Enrico de Oliveira
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Substituto
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A partir de 21/07/2016 até ulterior deliberação (Portaria nº 3412/2016 GP)
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Avenida 31 de Março, S/Nº, Bairro Santa Izabel, CEP: 68.456-110 – Fórum Juiz Lúcio Amorin Do Amaral
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Os servidores não possuem informação acerca da situação jurídica do imóvel.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: 01 (uma) sala para a Secretaria da 2ª Vara Cível, com banheiro 01 (uma) sala para o Gabinete do Magistrado, com banheiro.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares (x) Ruins Justificar: A Secretaria da 2ª Vara Cível não possui espaço físico adequado para acondicionar o seu acervo processual. Ademais, diversas caixas de processos arquivados encontram-se na referida unidade em virtude da ausência de espaço no setor de arquivo da Comarca.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUÍ

2.8 ACESSIBILIDADE: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Pedro Enrico de Oliveira - a partir de 21/07/2016 até ulterior deliberação (Portaria nº 3412/2016 - GP).		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 19 à 30/09/2016: Férias		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Não		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Não		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL: Relacionar e descrever: Não		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Dra. Edna Maria de Moura Palha	07/08/2007	01/04/2014
02 Dr. Thiago Cendes Escórcio	15/02/2014	15/07/2016
03 Dr. José Jonas Lacerda de Souza	01/10/2015	31/10/2015
04 Dra. Juliana Lima Souto Augusto	19/09/2016	30/09/2016
05 Dr. Pedro Enrico de Oliveira	21/07/2016	-
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e condutores):		
4.1 GABINETE: Nome: CARLOS ROBERTO CABRAL MAGALHÃES Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é contratado da Prefeitura) Ato de nomeação: Portaria nº 016/2002 Nome: LUCIANA OLIVEIRA DEMETRIO Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é contratada da Prefeitura) Ato de nomeação: Portaria nº 023/2004		
4.2 SECRETARIA: Nome: EUDO FERREIRA CABRAL JUNIOR		



<p>Cargo: Analista Judiciário - Diretor de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 2.443/2009</p> <p>Nome: SALMO CABRAL Cargo: Analista Judiciário – área judiciária Ato de nomeação: Portaria nº 3.003/2010</p> <p>Nome: GILLIARD RIBEIRO MOURA Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (concurado da Prefeitura) Ato de nomeação: 045/2009</p> <p>Nome: RENNATYEL HIGOR GOMES DE FREITAS Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (concurado da Prefeitura) Ato de nomeação: Portaria nº 298/2016</p> <p>Nome: FILIPE FREITAS CHAVES Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (concurado da Prefeitura) Ato de nomeação: Portaria nº 024/2015</p> <p>Nome: BRUNA DAMASCENO ALMEIDA Cargo: Estagiária</p>
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Francisca Suenia Fernandes de Sá (Titular da 1ª PJ) – desde 09/04/2013 Dra. Amanda Luciana Sales Lobato (Titular da 2ª PJ) – desde julho/2013 Dra. Adriana Passos Ferreira (Titular da 3ª PJ) – desde 07/10/2013
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? A Dra. Francisca Suenia Fernandes de Sá, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Tucuruí, cumula a Promotoria de Justiça da Comarca de Tailândia.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Renan Correa Faraon - desde Abril/2010, Dr. Renato Mendes Carneiro Teixeira - desde Julho/2010 Dr. Pablo de Souza Melo - desde 2011
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? O Dr. Pablo Sousa Melo cumula suas atribuições com a Defensoria de Breu Branco - PA
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDIGNAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUI

<p>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado</p>
<p>6.2 INFORMÁTICA:</p> <p>Secretaria Computador: 08 Scanner: 04 Impressora: 03, sendo 02 (duas) Lexmark e 01 (uma) Zebra</p> <p>Gabinete Computador: 03 Scanner: 00 Impressora: 01</p>
<p>6.2.1 ACESSO A INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Há muita intermitência, pois em pelo menos metade do mês a internet não corresponde as expectativas.</p>
<p>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Secretaria: 08/ Gabinete: 04 Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim, pois é compatível com a quantidade de servidores</p>
<p>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra</p>
<p>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 2civeltucurui@tjpa.jus.br</p> <p>Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? O email da vara é verificado diariamente pelo Diretor de Secretaria.</p>
<p>7. SECRETARIA JUDICIAL</p>
<p>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: A Secretaria da 2ª Vara Cível não possui espaço físico suficiente para o armazenamento dos processos que tramitam na referida unidade judiciária.</p>
<p>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (x) Sim () Não Justificar:</p>



7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

() Sim (X) Não

Justificar:

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(x) Sim () Não

Justificar: Há um controle físico da pauta de audiências.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(X) Sim () Não

Justificar: Devido à falta de espaço no físico no setor de arquivo para recebimento dos referidos feitos.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

De duas a três vezes por semana.

8: QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2014:

Sentença: 979

Despacho: 2.347

Decisão interlocutória: 534

Audiências:

-Marcadas: 777

-Realizadas: 662

-Remarcadas: 252

-Não realizadas: 96

-Total: 1.029

TOTAL GERAL 2015:

Sentença: 938

Despacho: 1.946

Decisão interlocutória: 802

Audiências:

-Marcadas: 1.035

-Realizadas: 974

-Remarcadas: 507

-Não realizadas: 59

-Total 1.542

TOTAL GERAL 2016 (até Novembro de 2016):

Sentença: 986

Despacho: 1.714

Decisão interlocutória: 843

Audiências:

-Marcadas: 1.012

-Realizadas: 775

-Remarcadas: 106

-Não realizadas: 10

-Total: 1.022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUI

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	22
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	0
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	0
CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013)	0
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	0
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	473
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	2.186
CRIMINAIS	
PENAIIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	-
PENAIIS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAIIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRAACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	47
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
	-
TOTAL – QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA	2.728
Feitos com Tramitação Externa	148
Contagem Física + Tramitação externa	2.876
ACERVO LIBRA	Acervo total: 2.417 Acervo ativo: 2.081
<p>Considerações CJCI: O acervo físico da 2ª Vara Cível da Comarca de Tucuruí é maior que constante no Sistema Libra em razão de muitos processos apensos encontram-se em situação diversa dos autos principais, ou seja, arquivados, mas sem terem sido desapensados e tramitados ao setor competente, qual seja, o setor de arquivo.</p>	
9. INDICADORES GERAIS	
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:	
(x) Sim () Não	
Justificar:	



9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	986	1.042
2014	1.107	979
2015	1.129	938

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:
() Sim (X) Não
Justificar: Os únicos processos identificados são:
Idoso: etiquetas da impressora Zebra escrito "idoso"
Meta 02: etiqueta fornecidas pelo CNJ.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:
(6) INICIAIS;
(5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
(4) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
(7) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
(3) IDOSO;
(-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
(8) AÇÕES DE ALIMENTOS;
(1) RÉU PRESO;
(-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
(2) ALVARÁ DE SOLTURA;
(9) POR ORDEM CRONOLÓGICA
(10) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
(-) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS		X
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?
() Sim () Não
Justificar:



Prejudicado
10. INDICADORES CÍVEIS
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Acervo da meta: 595 Alvo: 476 Julgamentos: 573 Grau de julgamento: 96,30% Grau de cumprimento: 120,38% META CUMPRIDA
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de liminar ou antecipação de tutela: 22, sendo a data de conclusão mais antiga 16/06/2015.
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Prejudicado
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Prejudicado
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009 Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado



12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 EXISTE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A Apreciação DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?



Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 47
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 46
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Mediante acompanhamento dos processos parados há mais de 100 (cem) dias.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado
16 PETIÇÕES
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 403
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 403
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 305
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 465
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 62
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 81



17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 26		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 409		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
MANOEL DA PAIXÃO PEREIRA NUNES	10	27/09/2016
DIMAS TEIXEIRA CAMPELO	07	13/11/2016
JOSÉ ROBERTO DA SILVA ROCHA	02	11/11/2016
JOSÉ AMADEU DE OLIVEIRA FILHO	00	-
RAIMUNDO MARTINS ARAÚJO	00	-
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é realizado através do Sistema Libra. A cobrança é realizada verbalmente junto aos Oficiais de Justiça.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	114	12/09/2016
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	70	27/10/2016
17.7.3 ADVOGADO	17	19/09/2016
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é realizado através do Sistema Libra. A cobrança é feita através de publicação do Diário da Justiça Eletrônico para advogados, e por meio de Ofício para Ministério Público e Defensoria Pública.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 08/2014-CJJE E Nº 04/2014-CJG)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Relatório em anexo.		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		



18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
19. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (x) Sim () Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (x) Sim () Não Justificar:
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (x) Sim () Não Justificar: Relatório em anexo
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (x) Sim () Não O servidor Mario Jorge dos Santos Mendes.
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (x) Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (x) Sim () Não Justificar:
20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
21. CONSIDERAÇÕES DO JUZO:

Tucuruí, 23/11/2016.

OBS: ORIENTAR A SECRETARIA JUDICIAL A SEPARAR PARA ANÁLISE, POR AMOSTRAGEM, PELA EQUIPE DE CORREIÇÃO:

- A) PROCESSOS CÍVEIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;
- B) PROCESSOS CÍVEIS FORA DA META 2/2016/CNJ;
- C) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;
- D) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUÍ



- E) PROCESSOS CÍVEIS INCLUÍDOS NA META 4/2016/CNJ (AÇÕES CIVIS PÚBLICAS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013;**
- F) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 4/2016/CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013);**
- G) PROCESSOS DE AÇÕES COLETIVAS INCLUÍDOS NA META 6/2016/CNJ;**
- H) PROCESSOS COM RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS;**
- I) PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA;**
- J) PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL;**
- K) PROCESSOS DE ATO INFRACIONAL;**
- L) PROCESSOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE;**
- M) PROCESSO DE CARTAS PRECATÓRIAS;**
- N) PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL;**
- O) PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL;**
- P) PROCESSOS CÍVEIS EXCLUÍDOS DA META 02.**



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Tucuruí
EDITAL Nº 010/2016
PERÍODO: 21 a 25 de novembro de 2016.
Juíza Corregedora: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca.
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Criminal da Comarca de Tucuruí
1.2 COMPETÊNCIA: Penal Geral, Juizado Especial, Violência Doméstica, Tribunal do Júri e Execução Penal
1.3 MAGISTRADO (A): Dra. Juliana Lima Souto Augusto.
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 21/07/2016
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Avenida 31 de Março, s/n, Bairro Santa Izabel, Tucuruí-PA, CEP 68.456-110 – Fórum Juiz Lúcio Amorin do Amaral.
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Os servidores não possuem informações acerca da situação jurídica do imóvel.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: 01 (uma) sala para a Secretaria da Vara Criminal; 01 (uma) sala para o Gabinete da Vara Criminal.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar: O espaço físico da Secretaria da Vara Criminal de Tucuruí é pequeno para o acervo processual da unidade.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TUCURUÍ

2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3: MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Juliana Lima Souto Augusto		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Pedro Enrico de Oliveira, de 07/11/2016 a 18/11/2016		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 07 a 18/11/16		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Não		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES: Relacionar e descrever: Não		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. CAROLINA CERQUEIRA MIRANDA MAIA	21/01/2013	22/05/2013
02. EDNA MARIA DE MOURA PALHA	23/05/2013 06/02/2014	29/05/2013 04/03/2014
03. CINTIA WALKER BELTÃO GOMES	29/04/2013	30/06/2016
04. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS	16/09/2013	20/09/2013
05. THIAGO CENDES ESCORCIO	03/02/2014 01/04/2014 15/07/2015 21/07/2015	05/02/2014 08/04/2014 29/07/2015 24/07/2015
06. LUANA KARISSA ARAUJO LOPES	10/03/2014 15/06/2015	08/04/2014 29/06/2015
07. JOSÉ LEONARDO FROTA DE VASCONCELOS DIAS	02/03/2016	30/03/2016
08. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUZA	25/05/2015	28/05/2015
09. PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA	10/08/2015 01/07/2016 07/11/2016	14/08/2015 20/07/2016 18/11/2016
10. JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO	21/07/2016	-
4: QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Nome: AILINE DA SILVA RODRIGUES. Cargo: Analista judiciária – área judiciária		



Ato de nomeação: Portaria nº 2474/2015-GP

Nome: RODRIGO DA SILVA NUNES.

Cargo: Assessor do Juízo – Exclusivamente comissionado

Ato de nomeação: Portaria nº 1916/2015-GP

Nome: MARIA AMADA DEMÉTRIO RODRIGUES.

Cargo: Auxiliar judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 01/1981

4.2 SECRETARIA:

Nome: RENATA MARTINS DA CUNHA DE ABREU.

Cargo: Analista Judiciária - Diretora de Secretaria

Ato de nomeação: Portaria nº 3193/2013 e 4.021/2013-GP

Nome: JOSÉ FRANCISCO LIMA DE OLIVEIRA.

Cargo: ATENDENTE JUDICIÁRIO

Ato de nomeação: Portaria nº 1.060/1990-GP

Nome: SUELLEN DE LIMA SILVA.

Cargo: Estagiária

Nome: ABIMAELO MELO MONTEIRO.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é contratado da Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria nº 039/2005-SDF

Nome: BRUNA HELENA DA SILVA MIRANDA.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é concursada da Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria nº 062/2016-SDF

Nome: FRENCIKLENE FREITAS SERRÃO.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é contratada da Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria nº 03/2007

Nome: RICARDO KURODA DE ALMEIDA.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é concursado da Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria nº 038/2016-SDF

Nome: RENATO MARTINS DE MACEDO.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é concursado da Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria nº 082/2016-SDF

Nome: SILVANA GAIA CRUZ.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é concursada da Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria 061/2016-SDF

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dra. Amanda Luciana Sales Lobato – desde Julho de 2013

Dra. Adriana Passos Ferreira – desde 07/10/2013

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:



Titular
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Romina Ariane Rodrigues Azevedo – desde 21/07/2014 Dra. Marina Gomes Noronha Santos – desde 21/07/2014
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
6: APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA: Secretaria Computador: 09 Scanner: 01 Impressora: 03, sendo 02 (duas) Lexmark e 01 (uma) Zebra Gabinete Computador: 03 Scanner: 01 Impressora: 02
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar:
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Secretaria: 10 (dez) / Gabinete: 04 (quatro) Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim, pois é compatível com o número de servidores.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1crimtucurui@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? A Diretora de Secretaria verifica o <i>email</i> diariamente.
7: SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim



Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Há necessidade de realização de curso de atualização do Sistema Libra e de curso de atualização em execução penal.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: O gabinete também possui um controle físico sobre as audiências designadas.
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (X) Sim () Não Justificar: Devido ao fato de grande parte deles possuir bens apreendidos sem destinação, bem como em virtude do acúmulo de serviço na unidade judiciária.
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Diariamente
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA TOTAL GERAL 2014: Sentença: 425 Despacho: 2.132 Decisão interlocutória: 915 Audiências: -Marcadas: 283 -Realizadas: 762 -Remarcadas: 108 -Não realizadas: 13 Tribunal do Júri: -Marcados: 07 -Realizados: 20 -Remarcados: 01 -Não realizados: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TUCURUÍ

TOTAL GERAL 2015:

Sentença: 466

Despacho: 1.979

Decisão interlocutória: 1.284

Audiências:

-Marcadas: 421

-Realizadas: 627

-Remarcadas: 35

-Não realizadas: 10

Tribunal do Júri:

-Marcados: 09

-Realizados: 12

-Remarcados: 02

-Não realizados: 02

TOTAL GERAL 2016 (até Novembro de 2016):

Sentença: 960

Despacho: 3.129

Decisão interlocutória: 1.522

Audiências:

-Marcadas: 508

-Realizadas: 761

-Remarcadas: 26

-Não realizadas: 38

Tribunal do Júri:

-Marcados: 17

-Realizados: 14

-Remarcados: 00

-Não realizados: 00

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	-
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
CRIMINAIS	
PENAIIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	553
PENAIIS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	02
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	491



PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	86
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	353
EXECUÇÃO PENAL	667
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.205
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	63
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
	-
TOTAL - QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FÍSICA	3.420
Feitos com Tramitação Externa	214
Contagem Física + Tramitação externa	3.634
ACERVO LIBRA	Acervo ativo: 4.059 Acervo total: 5.038

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CICI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	553	445
2014	495	465
2015	526	466

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(x) Sim () Não

Justificar:

Tarja vermelha: réu preso

Tarja verde: violência doméstica

Tarja azul: carta precatória

Tarja amarela: execução penal

Tarja rosa: crimes sexuais e idoso

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(4) INICIAIS;

(6) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(5) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(3) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:



(7) IDOSO;
(-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
(-) AÇÕES DE ALIMENTOS;
(1) RÉU PRESO;
(-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
(2) ALVARÁ DE SOLTURA;
(8) POR ORDEM CRONOLÓGICA
(9) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
(-) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	-	-
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012):

Prejudicado

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

Prejudicado

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013):

Prejudicado

10.4 PENDÊNCIAS Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:

Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga

Prejudicado

11. INDICADORES CRIMINAIS



11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Acervo da meta: 386 Alvo: 309 Julgamentos: 192 Grau de julgamento: 49,74% Grau de cumprimento: 62,18%, sendo que dos 194 processos constantes na Lista de Meta 02 do CNJ, 182 feitos são de competência penal e 12 do Tribunal do Júri.
META NÃO CUMPRIDA
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 169
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 105 Observação: Durante a realização da Correição Ordinária na Vara Criminal da Comarca de Tucuruí observou-se que, a despeito de constarem apenas 55 presos cadastrados no Sistema Libra, na verdade existiam 105. Considerações CJCI: Ao final da Correição, a unidade judiciária sanou a referida pendência.
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim (X) Não Justificar: Considerando que o CRRT abriga cerca de 229 presos da Comarca de Tucuruí, e que 40% desta quantidade corresponde o número 92, verifica-se que a referida unidade não cumpriu a meta de nivelamento do CNJ.
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Verificar relatório de análise processual em anexo.
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009: 17
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 28
12- INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:



Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (X) Não Justificar:
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? (X) Sim () Não Justificar: Apenas os protocolados recentemente.
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (X) Sim () Não Justificar:
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Sim, o Centro de Recuperação de Tucuruí
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Sim



14 PRECATÓRIAS		
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado		
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 63		
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 235		
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Os processos ficam nas caixas de prazos e são verificados mensalmente, de acordo com os mesmos. A cobrança é realizada de forma verbal diretamente com o Oficial de Justiça responsável pelo expediente em atraso.		
15 INQUÉRITOS POLÍCIAIS		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 61		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 89		
16 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 04		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 32		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 2.173		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 2.173		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 1.212		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 323		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 61		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 16		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 1.000		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 432		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TUCURUÍ

José Roberto da Silva Rocha	01	11/11/2016
Raimundo Martins Araújo	21	30/09/2016
Manoel da Paixão Perelra Nunes	01	26/09/2016
Dimas Teixeira Campelo	29	21/10/2016
José Amadeu de Oliveira Filho	00	-
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Os mandados são cobrados semanalmente de forma verbal.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	194	09/09/2009
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	07	08/02/2010
17.7.3 ADVOGADO	13	26/08/2014
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Como é feito o controle/cobrança? Expirado o prazo para o Ministério Público ou para a Defensoria Pública, a Diretora de Secretaria expede certidão noticiando tais fatos e a encaminha ao gabinete do Juízo, acompanhado do relatório de tramitação externa. Quando se trata de advogados, a Diretora de Secretaria confecciona ato ordinatório intimando o patrono a efetuar a devolução dos autos.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CIGI E Nº 04/2014-CIG)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (X) Não Justificar: Todos estão cadastrados no Sistema Libra, mas apenas alguns no CNJ.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: As armas e munições são guardadas num armário dentro da Secretaria.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar: O termo de recebimento do objeto é juntado aos autos.		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Relatório em anexo.		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (X) Sim () Não Justificar: Ainda não foi solicitado o recolhimento em razão da falta de tempo para realização da referida tarefa.		



18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar:
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Relatório em anexo.
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não O servidor Mário Jorge dos Santos Mendes.
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar:
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
A quantidade de pontos de internet disponíveis na unidade não é suficiente, uma vez que as impressoras são compartilhadas pelo cabo USB, e não pela rede como seria o desejável.
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Tucuruí, 23/11/2016.

OBS: ORIENTAR A SECRETARIA JUDICIAL A SEPARAR PARA ANÁLISE, POR AMOSTRAGEM, PELA EQUIPE DE CORREIÇÃO:

- A) PROCESSOS CÍVEIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;
- B) PROCESSOS CÍVEIS FORA DA META 2/2016/CNJ;
- C) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;
- D) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 2/2016/CNJ;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TUCURUÍ**

- E) PROCESSOS CÍVEIS INCLUÍDOS NA META 4/2016/CNJ (AÇÕES CIVIS PÚBLICAS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013);**
- F) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 4/2016/CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013);**
- G) PROCESSOS DE AÇÕES COLETIVAS INCLUÍDOS NA META 6/2016/CNJ;**
- H) PROCESSOS COM RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS;**
- I) PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA;**
- J) PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL;**
- K) PROCESSOS DE ATO INFRACIONAL;**
- L) PROCESSOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE;**
- M) PROCESSO DE CARTAS PRECATÓRIAS;**
- N) PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL;**
- O) PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL;**
- P) PROCESSOS CÍVEIS EXCLUÍDOS DA META 02.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Processo nº 2016.7.003943-3
CORREIÇÃO ORDINÁRIA COMARCA DE TUCURUÍ
Período: 21 a 25 de novembro de 2016

No dia 21 de novembro de 2016, às 14:00 horas, no Salão do Tribunal do Júri do Fórum da comarca de Rondon do Pará, foi declarada aberta a Correição Ordinária, tendo sido realizada reunião pela Juíza Auxiliar da CJCI, Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca, com os Juizes substitutos Dr. Pedro Enrico e Dra. Juliana Souto, que respondem pela 2ª Vara Cível e pela Vara Criminal, respectivamente, e com todos os servidores da Comarca, presentes os Assessores Jurídicos da Corregedoria, Dra. Thaiza Martins Pereira Suano de Farias e Dr. Elias Salomão Abufaiad Neto.

A Juíza auxiliar da CJCI se apresentou aos presentes, e apresentou também os Assessores Jurídicos da Corregedoria, e após, ressaltou a todos a importância do contato da Corregedoria com os Juizes e servidores, e destacou o primordial papel orientador do Órgão Correicional, podendo qualquer Juiz ou servidor se dirigir aos Juizes Auxiliares da Corregedoria e à Exma. Sra. Desembargadora Corregedora de Justiça, para requerer esclarecimentos, e tirar dúvidas sobre os trabalhos. Solicitou que alguns servidores ficassem um pouco além do horário do expediente, para viabilizarem a conclusão dos trabalhos durante o período da Correição. Foi esclarecido como seriam desenvolvidos os trabalhos durante a Correição.

O Juiz Pedro Enrico ponderou que, se porventura, os servidores cedidos forem devolvidos, a atividade jurisdicional restará totalmente prejudicada na Comarca. Solicitou, se possível, a nomeação de um assessor para a 2ª Vara cível, cujo cargo está vago.

Servidores perguntaram sobre a possibilidade de servidores cedidos receberem treinamento do TJPA, tendo sido respondido positivamente. Foi informado sobre a realização da Correição virtual em algumas Comarcas.

Os servidores pontuaram a dificuldade de utilização da internet, o que prejudica o manuseio do Sistema Libra.

Foi mencionado o prejuízo da 1ª Vara cível com relação à competência, pois tem ampla competência exclusiva, e ainda concorre com a competência da 2ª Vara cível nos feitos de Família, pelo que, servidoras da 1ª Vara cível, entre as quais a Diretora de Secretaria, ratificaram o pleito formalizado na Correição anteriormente realizada pela CJCI, para ser excluída a competência de feitos de Família da 1ª Vara cível de Tucuruí.


Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Os registros constam da Ata de Instalação da Correição, constante do Relatório.

1ª VARA CÍVEL

Competência: Exclusiva: Infância e Juventude, Fazenda Pública e Execução Fiscal, Interditos, órfãos e ausentes. Concorrente: família, Juizado Especial cível e cível e comércio por distribuição.

Juiz titular: CÍNTIA WALKER BELTRÃO GOMES, desde 03 de junho de 2016.

DO GABINETE:

A sala de audiências fica ao lado da sala da Assessoria que, por sua vez, fica em frente ao gabinete da Magistrada, e a sala da Secretaria da Vara fica no mesmo corredor. O espaço do gabinete e da sala de audiências é bem reduzido.

Estão lotados no Gabinete 01 (uma) Assessora Jurídica, exclusivamente comissionada, e 01 (uma) servidora atendente judiciário do quadro do TJPA.

01 (uma) servidora cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí, lotada na Secretaria, auxilia na realização das audiências.

O Gabinete realiza o cadastro das audiências e agenda as datas. Os despachos/decisões designando audiências retornam do Gabinete para a Secretaria com data marcada.

As audiências são realizadas de terça a quinta-feira, em média, de 08 a 14 audiências por dia, podendo ser realizadas às segundas ou sextas, quando há adolescentes infratores apreendidos pela prática de ato infracional ou outros feitos que demandem urgência.

A pauta de audiências está com data agendada até 26/10/2017 (para feitos do Juizado) e até 12/07/2017 (para os demais feitos).

A conclusão é diária.

Havia 1.412 (mil quatrocentos e doze) processos conclusos em Gabinete há mais de 100 (cem) dias e 839 (oitocentos e trinta e nove) processos conclusos há menos de 100 (cem) dias.

DA SECRETARIA:

Há um total de 07 (sete) servidores na Secretaria da Vara, sendo 02 (duas) servidoras efetivas do quadro do TJPA, 01 (uma) analista judiciário, que exerce a função de Diretora de Secretaria, e 01 (uma) auxiliar judiciário. Há 05 (cinco) servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Tucuruí, sendo 04 (quatro) do quadro do Executivo e 01 (um) contratado pela Prefeitura. 01 (uma) servidora da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Secretaria fica responsável por organizar os termos de audiências no Gabinete. Há 01 (um) estagiário lotado na Secretaria.

Foi informado, durante a Correição, que há 01 (uma) servidora Analista Judiciário da Comarca, à disposição da CJCI, Sra. **Atene Patricia Brito Assunção**.

Os processos ficam acondicionados em caixas amarelas, em prateleiras abertas, sem divisórias. Encontram-se divididos por fases e atos processuais: *aguardando prazo, aguardando AR, aguardando resposta, aguardando audiência, aguardando remessa, aguardando elaboração de documentos, etc.*

Os feitos da Infância e Juventude ficam acondicionados em caixas na cor azul e as cartas precatórias ficam em caixas na cor cinza.

Há tarjas de cores diferentes para identificação de processos: Infância e juventude – situação de risco e ato infracional: cor amarela; internação de adolescente: amarela e vermelha; idoso: verde; cartas precatórias: tarja azul, e se forem de feitos da Infância de Juventude: amarela e azul; Ação civil pública na área de saúde: cor de rosa.

Os processos incluídos nas Metas 02, 04 e 06 do CNJ se encontravam misturados aos demais, tendo sido recomendado, durante a Correição, que fossem separados, para a garantia da prioridade na tramitação.

A Juíza Auxiliar da CJCI e a Assessora Jurídica entregaram, durante a Correição, à Diretora de Secretaria, etiquetas de identificação, para serem coladas nos processos da Meta 02, da Meta 04 e da Meta 06 do CNJ, as quais foram disponibilizadas pelo CNJ a esta Corregedoria, para distribuição.

A resenha para publicação é diária (sempre que tem ato judicial a ser publicado). Há divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria.

De acordo com o Sistema Libra, havia 6.559 (seis mil, quinhentos e cinquenta e nove) processos no acervo ativo. no entanto, de acordo com a contagem física, seriam 5.969 (cinco mil, novecentos e sessenta e nove) processos, e conforme contagem física mais tramitação externa, seriam 6.161 (seis mil, cento e sessenta e um) processos.

A Meta 2 do CNJ não foi cumprida na 1ª Vara cível e empresarial, tendo sido alcançado o percentual de 69,48%. No Portal das Metas, constava o número de 442 (quatrocentos e quarenta e dois) processos incluídos na Meta 2 do CNJ, no entanto, de acordo com a contagem física, seriam 725 (setecentos e vinte e cinco) processos incluídos na referida Meta.

Ainda constavam do Portal de Metas procedimentos e processos criminais que não deveriam mais constar, após a criação da Vara criminal e a redistribuição dos feitos de natureza penal, tendo sido recomendado, à Diretora de Secretaria, durante a Correição, que procedesse a respectiva baixa.


Juíza Auxiliária
Juíza Auxiliária da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

A Meta 4 e a Meta 6 do CNJ foram cumpridas, restando 06 (seis) processos da Meta 4 e 14 (catorze) processos da Meta 6, pendentes de julgamento, de acordo com o Portal das Metas.

Com relação à Meta 1 do CNJ, não foi cumprida nos anos de 2013, 2014 e 2015, pois apesar do elevado número de processos julgados, o número de ações distribuídas foi maior.

Havia 583 (quinhentos e oitenta e três) processos pendentes de cumprimento há mais de 100 (cem) dias e 306 (trezentos e seis) há menos de 100 (cem) dias.

Constavam 2.622 (duas mil, seiscentas e vinte e duas) petições intermediárias pendentes de juntada, as quais não foram remetidas à conclusão, não tendo sido despachadas. Havia 204 (duzentas e quatro) iniciais pendentes de despacho e 19 (dezenove) pendentes de registro e autuação.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e a devolução também, mas nem sempre é feita a respectiva baixa no Sistema. Constava do Libra o número de 01 (um) mandado com carga em aberto para Oficial de Justiça, desde 19/09/2014, 04 (quatro) mandados com carga em aberto, desde 09/12/2014 com outro oficial de Justiça, e 02 (dois) mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça, desde 16/11/2016.

O controle do prazo é feito pelo Sistema e a cobrança é efetuada verbalmente aos Oficiais de Justiça.

As cartas precatórias têm sido recebidas por Malote Digital (verificação diária). Para a expedição, utilizam o Malote Digital somente para ACP's e situações urgentes, como, por exemplo, audiências marcadas para data próxima, sendo expedida a maioria pelos Correios. Foram orientados pela equipe da Correição que usassem mais o Malote Digital considerando a celeridade e o custo mais baixo, mas a Diretora de Secretaria explicou que há somente 02 (dois) scanners, o que dificultaria o uso do Malote.

Os feitos envolvendo atos infracionais ficam separados dos demais, assim como os feitos envolvendo abrigo e desabrigo.

Alimentam os Sistemas do CNJ de adolescentes em conflito com a lei – CNACL, abrigo, desabrigo e depósitos judiciais. Os bens apreendidos são cadastrados somente no Sistema Libra, mas não no Sistema do CNJ.

Para os depósitos judiciais, é aberta conta única.

O SISTAC (Sistema de Audiência de Custódia) também está sendo usado pela Magistrada, em plantão.

Há utilização do CNA (Cadastro Nacional de Adoção). Não há crianças aptas à adoção, nem há pretendentes à adoção habilitados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Há uma **Casa de Acolhimento Municipal (Casa de Acolhimento Amigo da Criança)**, onde se encontravam abrigadas 06 (seis) crianças, com 06 (seis) meses, 01 ano, 02 anos de idade, 05 anos, 08 e 10 anos, sendo duas irmãs. Há também uma acolhida maior de idade, nascida em 11/11/1994, que está com 22 anos de idade e se encontra acolhida desde 22/03/2003. Não é realizada audiência concentrada porque os acolhidos ficam pouco tempo e retornam para a família de origem. São expedidas guias de acolhimento e desacolhimento.

Havia 12 (doze) adolescentes internados provisoriamente há menos de 45 dias. Quando os adolescentes são apreendidos, é realizada logo a audiência de apresentação e designada a de continuação. Havia 02 (dois) adolescentes aguardando análise de pedido de internação provisória e representação.

Havia 31 (trinta e um) adolescentes internados definitivamente e 154 (cento e cinquenta e quatro) cumprindo MSE de semiliberdade, liberdade assistida e PSC (prestação de serviços à comunidade). São encaminhados para o Serviço social, que encaminha para o CREAS. É realizada a análise do Relatório e da medida, a cada 06 (seis) meses.

Os adolescentes ficam provisoriamente internados no Centro de Internação de Marabá e, após a decretação da internação definitiva, e a expedição da Guia respectiva, são encaminhados por Marabá.

Foram repassados à Diretora de Secretaria, pela Juíza Auxiliar da CJCI, durante a Correição, os dados da taxa de congestionamento da 1ª Vara Cível, fornecidos pela Coordenadoria de Estatística do TJPA, bem como o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada através de ato ordinatório a advogados, e via ofício, ao MP e à Defensoria Pública. Havia 128 (cento e vinte e oito) processos com carga ao Ministério Público, desde 25/03/2015, 61 (sessenta e um) com carga para a Defensoria, desde 17/03/2016 e 03 (três) processos com carga para advogado, desde 17/08/2004.

Há 03 (três) Defensores Públicos, sendo que 01 cumula com a comarca de Breu Branco. Há 03 (três) Promotores de Justiça, para as varas cíveis e a vara criminal, sendo que 01 Promotora de Justiça cumula suas atividades com a Promotoria de Tailândia.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, de ações da Fazenda Pública, de processos cíveis excluídos das Metas, incluindo feitos da Infância e Juventude (situação de risco e atos infracionais), e de cartas precatórias.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram

Mônica Magalhães Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

paralisados há mais de 100 (cem) dias, bem como atualizar no Sistema os que já tiveram diligências cumpridas, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;

2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, mantendo os da Meta 02, ainda em número bastante elevado, separados dos demais processos em tramitação, com a respectiva identificação nos autos (com etiquetas);

3 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, e *recebê-los sempre através do Sistema Libra*, havendo mandados com carga em aberto desde 09/12/2014, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;

4 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público, para advogados e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 25/03/2015, com o MP, desde 17/08/2004, com advogados, e desde 17/03/2016, com a Defensoria Pública, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

5 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições físicas (intermediárias) pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

6 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível, e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;

7 – Utilizar o Malote Digital para o encaminhamento de cartas precatórias;

8 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, bem como dos que são de outra competência (criminal), para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência;

9 – Encaminhar ao Gabinete todos os processos conclusos, evitando a preclusão, havendo, inclusive, petições iniciais e intermediárias pendentes de conclusão e despacho, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;

10 – Cadastrar os bens apreendidos, tanto no Sistema Libra quanto no Sistema do CNJ, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 02, 04 e 06 do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

CNJ:

- 2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 dias, em número elevado;
- 3 – Dar prioridade aos feitos que envolvem atos infracionais, para que seja evitada a prescrição da pretensão socioeducativa;
- 4 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária das petições iniciais e dos processos com petições intermediárias pendentes de juntada.

2ª VARA CÍVEL

Competência: Exclusiva: Registros Públicos, Falência e Recuperação Judicial. Concorrente: família, cível e comércio por distribuição e feitos do Juizado especial cível.

Juiz titular: Encontra-se sem Juiz titular. Responde pela Vara o Juiz substituto PEDRO ENRICO DE OLIVEIRA, desde 21/07/2016, até ulterior deliberação.

DO GABINETE:

A sala de audiências fica ao lado da sala da Assessoria que, por sua vez fica em frente ao gabinete do Magistrado e a sala da Secretaria da Vara fica distante, em outro corredor do Fórum. O espaço do gabinete é reduzido.

Estão lotados no Gabinete 02 (dois) servidores cedidos da Prefeitura Municipal de Tucuruí. Não há assessor.

O Gabinete realiza o cadastro das audiências e agenda as datas. Os despachos/decisões designando audiências retornam do Gabinete para a Secretaria com data marcada.

As audiências são realizadas de terça a quinta-feira, sendo eventualmente realizadas às segundas ou sextas, quando há feitos que demandam urgência. São realizadas, em média, de 06 (seis) a 07 (sete) audiências. As mediações e conciliações ocorrem também às segundas e às sextas. A pauta estava com última data agendada para 09/03/2017.

Havia 26 (vinte e seis) processos conclusos em Gabinete há mais de 100 (cem) dias e 409 (quatrocentos e nove) processos conclusos há menos de 100 (cem) dias. Em Secretaria, foram identificados 81 (oitenta e um) processos conclusos, tendo sido recomendado ao Diretor de Secretaria evitar a pre conclusão.

DA SECRETARIA:

Há um total de 04 (quatro) servidores lotados na Secretaria, sendo 02 (dois)


Monica Maciel Soares Fonseca
Juiz Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

analistas judiciários efetivos do quadro do TJPA, um dos quais ocupa a função de Diretor de Secretaria e 02 (dois) servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Tucuruí. Há 01 (um) estagiário.

Os processos ficam acondicionados em caixas amarelas, em prateleiras abertas. No armário 04, ficam os processos que aguardam trânsito em julgado: no armário 03, os que aguardam recolhimento de custas e inscrição em dívida ativa. Os processos são encaminhados à Unaj, para recolhimento de custas antes da prolação da sentença.

Os processos se encontram divididos e guardados nas caixas, por tipo de competência (família, Registros Públicos, Falência, Juizados) e por fase processual.

Remanescem 22 (vinte e dois) processos incluídos na Meta 02 do CNJ, que foi cumprida pela 2ª Vara cível de Tucuruí.

A Juíza Auxiliar da CJCI e a Assessora Jurídica entregaram, durante a Correição, 22 (vinte e duas) etiquetas de identificação ao Diretor de Secretaria, para serem coladas nos processos da Meta 02 do CNJ.

Não há processos incluídos na Meta 04, nem na Meta 06 do CNJ.

A Meta 01 do CNJ (julgamento de número maior de ações do que as distribuídas no ano) foi cumprida no ano de 2013, não tendo sido cumprida nos anos de 2014 e 2015, pois apesar do elevado número de processos julgados, o número de ações distribuídas foi superior.

A resenha para publicação ocorre, em média, três vezes por semana.

Não havia bens apreendidos, mas havia depósitos judiciais, decorrentes de ações de indenização, com valores depositados em subcontas judiciais.

Os processos de idosos são identificados com etiqueta na lateral.

A conclusão ao Magistrado estava ocorrendo dia sim, dia não, tendo sido recomendado ao Diretor de Secretaria proceder a conclusão diária, sempre que tiver processo pronto para conclusão, por não ser possível a pre conclusão.

De acordo com o Sistema Libra, havia 2.081 (dois mil e oitenta e um) processos do acervo ativo, e, conforme contagem física mais tramitação externa, seriam 2.876 (dois mil, oitocentos e setenta e seis) processos, havendo discrepância de quase 800 (processos) com a informação do Sistema, por haver apensos já baixados no Sistema.

Ocorre divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria.

A ordem cronológica prevista no novo CPC não vem sendo adotada na Vara.

Não há processos de falência ou de recuperação judicial.

Havia 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) processos paralisados há mais de



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

100 (cem) dias por não cumprimento de ato judicial e 62 (sessenta e dois) processos há menos de 100 (cem) dias.

Havia 81 (oitenta e um) processos aguardando conclusão em Secretaria, bem como 403 (quatrocentas e três) petições intermediárias não juntadas e não remetidas à conclusão e 305 (trezentas e cinco) petições intermediárias não despachadas.

Havia 27 (vinte e sete) caixas com processos arquivados pendentes de encaminhamento para o arquivo, por não haver mais espaço. São arquivados, em média, 50 (cinquenta) a 100 (cem) processos por mês, segundo informação do Diretor de Secretaria.

As cartas precatórias são recebidas e expedidas, por Malote Digital, com verificação diária do Malote. As recebidas são cumpridas por ato ordinatório, exceto as que envolvem medidas constritivas.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e a devolução também. Constava, do Libra, o número de 10 (dez) mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça, desde 27/09/2016, sendo essa a data mais antiga. Havia 07 (sete) mandados com carga em aberto desde 13/11/2016 e 02 (dois) com carga em aberto desde 11/11/2016.

É realizada a verificação mensal dos mandados em aberto para Oficiais de Justiça.

Foram repassados ao Diretor de Secretaria, pela Juíza Auxiliar da CJCI, durante a Correição, os dados da taxa de congestionamento da 2ª Vara Cível, fornecidos pela Coordenadoria de Estatística do TJPA, bem como o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

Havia 114 (cento e catorze) processos com carga ao Ministério Público, desde 12/09/2016, 70 (setenta) com carga para a Defensoria, desde 27/10/2016 e 17 (dezesete) processos com carga para advogado, desde 19/09/2016. No caso de advogados, é feita a intimação para devolução do processo, através de publicação no Diário da Justiça, e com relação ao Ministério Público e à Defensoria, a cobrança é feita por ofício, sendo que estavam com os processos atualizados.

É realizada a verificação, uma vez por mês, dos processos que se encontram com vistas para advogados.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos das Metas 02, de processos cíveis excluídos das Metas, incluindo feitos de família e registros públicos, e de cartas precatórias.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Meta 02 do CNJ;

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Int'



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- 2 – Encaminhar ao Gabinete, diariamente, todos os processos conclusos, evitando a pre conclusão, havendo, inclusive, petições intermediárias pendentes de conclusão e despacho, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias.
- 3 – Encaminhar, de imediato, ao Magistrado, os processos conclusos em Secretaria (81), bem como as petições intermediárias pendentes de despacho (305) e as não juntadas e não remetidas à conclusão (403) (após proceder a juntada), comunicando a esta Corregedoria, o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições físicas (intermediárias) pendentes de juntada (403), atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;
- 5 – Dar baixa, no Sistema Libra, dos processos concluídos que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência;
- 6 – Realizar resenha diária para publicação (sempre que houver ato a ser publicado).

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes da Meta 02 do CNJ;
- 2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 3 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária de processos;
- 4 – Realizar Correição anual nos Cartórios Extrajudiciais (Provimento 004/2001-CJCI).

VARA PENAL (3ª)

Competência: Juízo Singular, Tribunal do Júri e Execução Penal (exclusivas), bem como TCOs (Lei nº 9.099/95).

Juiz titular: Encontra-se sem Juiz titular. Está respondendo pela Vara a Juíza substituta JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO, desde 21/07/2016.

DO GABINETE:

A sala de audiências fica ao lado da sala da Assessoria, e esta fica ao lado do Gabinete. A Secretaria da Vara fica distante, em corredor do outro lado do prédio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

do Fórum.

Estão lotados no Gabinete 01 (um) Assessor jurídico, exclusivamente comissionado, 01 (uma) analista judiciário e 01 (uma) servidora auxiliar judiciário.

O Gabinete realiza o cadastro das audiências e agenda as datas. Os despachos/decisões designando audiências retornam do Gabinete para a Secretaria com data marcada.

As audiências são realizadas de segunda a sexta, em média de 06 a 07 audiências por dia, sendo realizadas também audiências de custódia, sempre que há presos a serem apresentados, exceto nos finais de semana. Alimentam o SISTAC (Sistema de Audiência de Custódia). Na segunda-feira, são realizadas audiências de urgência; às quartas e quintas, audiências de réus presos, às sextas, audiências em cartas precatórias, e nas terças e sextas, são realizadas as outras audiências de instrução em processos de réus soltos.

A pauta de audiências estava com data agendada até 01/06/2017.

As visitas à Delegacia de Polícia local e ao Centro de Recuperação de Tucuruí são realizadas uma vez por mês pela Magistrada.

De acordo com o Sistema Libra, havia 1000 (mil) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e 432 (quatrocentos e trinta e dois) conclusos há menos de 100 (cem) dias.

DA SECRETARIA:

Há 08 (oito) servidores lotados, sendo 02 (dois) efetivos do quadro do TJPA, dos quais uma analista judiciário, que é a Diretora de Secretaria, e uma Auxiliar Judiciário. Há 06 (seis) servidores cedidos da Prefeitura Municipal de Tucuruí, sendo 05 (cinco) concursados do Executivo e 01 (uma) servidora contratada pelo Executivo. Está lotada 01 (uma) estagiária na Secretaria da Vara.

Os processos se encontram acondicionados em caixas nas cores amarela, vermelha e azul, em prateleiras abertas, e se encontram separados por fase processual e não por tipo de crime. Nas caixas de cor vermelha, ficam os processos que aguardam prazo, os processos de réus presos e os que aguardam recolhimento de multa; nas caixas de cor azul, ficam os processos que aguardam cumprimento de mandado de prisão, que aguardam expedição de mandado de citação e outras diligências, os de réus sentenciados e os flagrantes que aguardam conclusão de IPL. Nas caixas de cor amarela ficam os processos de execução penal.

São utilizadas tarjas de identificação de processos de cores diferentes: tarja verde para violência doméstica e familiar contra a mulher; tarja amarela para execução penal; cor de rosa para crimes contra a dignidade sexual e tarja vermelha



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

para réus presos. Os do Tribunal do Júri não possuem identificação, nem os de crimes contra crianças e adolescentes. Para processos de idosos, utilizam etiqueta cor de rosa.

Não há controle do prazo prescricional, nem na contracapa dos processos, nem no Sistema Libra.

A conclusão de processos não estava sendo feito diariamente, tendo sido recomendado à Diretora de Secretaria da Vara que realizasse conclusão diária, para que seja evitada a pre conclusão.

Os processos suspensos ficam separados, em outra sala.

Havia 105 (cento e cinco) réus presos provisórios, de acordo com a Diretora de Secretaria, no entanto, não estava atualizada a lista do Sistema Libra. A Diretora de Secretaria relatou dificuldade em cadastrar os presos, tendo conseguido cadastrar somente 55. A Juíza Auxiliar da CJCI auxiliou a Diretora de Secretaria, mostrando os campos do Libra que precisavam ser preenchidos, para inclusão dos dados dos réus presos, tendo a Diretora de Secretaria iniciado, durante a Correição, a atualização das informações no Sistema.

Os presos permanecem na Delegacia somente até a homologação da prisão em flagrante e conversão da prisão em preventiva.

São alimentados os Sistemas do CNJ: Banco Nacional de Mandados de Prisão, o SISTAC, o de interceptações telefônicas. O de bens apreendidos se encontrava com pendências, pois tinham sido cadastrados bens somente no Sistema Libra.

A resenha para publicação é feita sempre que há atos para publicar.

Havia 392 (trezentos e noventa e dois) presos no Centro de Recuperação de Tucuruí, que tem capacidade para 120 (cento e vinte) presos, identificando-se, portanto, superlotação carcerária.

As mulheres, réus presas, ficam custodiadas no Centro de Reeducação Feminino de Marabá.

Havia 147 (cento e quarenta e sete) apenados cumprindo regime aberto, 60 (sessenta) no semiaberto, 37 (trinta e sete) sob livramento condicional e 04 (quatro) em prisão domiciliar, de acordo com informação da Diretora de Secretaria da Vara.

Havia 31 (trinta e uma) armas, das quais mais de vinte tipo revólver, guardadas em caixas, e 07 (sete) espingardas expostas em uma sala pequena, ao lado da sala da Secretaria, tendo sido recomendada a solicitação à Comissão competente do TJPA, para recolhimento.

As armas estavam cadastradas no Sistema Libra, no entanto, algumas não haviam sido cadastradas no Sistema do CNJ, tendo sido recomendado à Diretora de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Secretaria que providenciasse o cadastramento.

Haviam sido realizadas 07 (sete) Sessões do Tribunal do Júri no ano de 2016, até a data da Correição.

Os processos das Metas 02 e 04 do CNJ se encontravam misturados aos demais, e somente alguns processos da Meta 02 estavam identificados com etiquetas.

A Juíza Auxiliar da CJCI e a Assessora Jurídica entregaram, durante a Correição, etiquetas de identificação à Diretora de Secretaria, para serem coladas nos processos da Meta 02 e da Meta 04 do CNJ.

Havia 194 (cento e noventa e quatro) processos incluídos na Meta 02 do CNJ e 02 (dois) processos da Meta 04, de acordo com o Portal de Metas. Consta o percentual de 62,18% de cumprimento da Meta 02, não tendo sido cumprida a referida Meta. Dos 194 processos, 182 (cento e oitenta e dois) são de competência do Juízo Singular e 12 (doze) do Tribunal do Júri.

De acordo com o Sistema Libra, havia 4.059 (quatro mil e cinquenta e nove) processos do acervo ativo, e, conforme contagem física mais tramitação externa, seriam 3.634 (três mil, seiscentos e trinta e quatro) processos, com diferença de dados de 425 (quatrocentos e vinte e cinco) processos.

As cartas precatórias são expedidas e recebidas por Malote Digital. As recebidas são encaminhadas conclusas ao Gabinete, não sendo cumpridas por ato ordinatório, tendo sido recomendado à Diretora de Secretaria o cumprimento por ato ordinatório. Não há controle de cartas precatórias expedidas, nem controle de prazos de cumprimento.

Os mandados são distribuídos aos Oficiais de Justiça e devolvidos pelo sistema.

Não há ferramenta de controle de prazos de mandados em aberto a Oficiais de Justiça, nem de processos com vistas ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a advogados, no entanto, os Oficiais de Justiça costumam devolver, no prazo, os mandados cumpridos.

A carga de mandado em aberto mais antiga, de acordo com o Sistema Libra, para Oficiais de Justiça, datava de 26/09/2016 (um Mandado). Havia 21 (vinte e um) mandados com Oficial de Justiça, desde 30/09/2016, 29 (vinte e nove) com outro Oficial de Justiça, desde 21/10/2016 e 01 (um) Mandado com carga datada de 11/11/2016.

Havia 194 (cento e noventa e quatro) processos com vista ao MP, desde 09/09/2009, 07 (sete) com vista à Defensoria Pública, desde 08/02/2010, e 13 (treze) com advogados, desde 26/08/2014.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Int^o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Foi recomendado à Diretora de Secretaria que evitasse pre conclusão. Havia 16 (dezesesseis) processos em Secretaria, aguardando conclusão.

De acordo com o Sistema Libra, havia 1000 (mil) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e 432 (quatrocentos e trinta e dois) conclusos há menos de 100 (cem) dias.

O Sistema Libra apontava 323 (trezentos e vinte e três) processos paralisados em Secretaria, há mais de 100 (cem) dias, por falta de cumprimento de ato judicial e 61 (sessenta e um) há menos de 100 (cem) dias.

Havia 2.173 (duas mil, cento e setenta e três) petições intermediárias não juntadas e não remetidas à conclusão. Foram identificadas 04 (quatro) iniciais pendentes de registro e autuação. Constava o número de 32 (trinta e duas) iniciais pendentes de despacho.

Foi entregue à Diretora de Secretaria, pela Juíza Auxiliar da CJCI, durante a Correição, informação sobre a taxa de congestionamento da Vara Criminal, fornecida pela Coordenadoria de Estatística do TJPA, bem como o passo a passo para readequação das classes e assuntos dos processos de acordo com a tabela unificada do CNJ.

* Seguem, em anexo, relações com análise da tramitação processual de processos das Metas 02 e 04 do CNJ, de réus presos, de ações penais fora das Metas (violência doméstica, do Tribunal do Júri, crimes contra crianças e adolescentes, Juízo Singular e de execução penal), e de cartas precatórias penais.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, no total de 323 (trezentos e vinte e três), encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;
- 2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 02 e 04 do CNJ, mantendo os da Meta 02 separados dos demais processos em tramitação, com a respectiva identificação na capa (etiquetas);
- 3 – Efetuar controle do prazo de carga de processos para advogados, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com advogado, com o MP e a Defensoria além do prazo legal, informando a esta Corregedoria de Justiça o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias, ressaltando que há 194 (cento e noventa e quatro) processos com carga em aberto ao MP desde 09/09/2009, 07 (sete) com a Defensoria Pública desde 08/02/2010 e 13 (treze) com advogados desde 26/08/2014;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- 4 – Verificar os processos concluídos, com trânsito em julgado, bem como os pedidos de liberdade, entre outros, que não estão mais em tramitação, para promover a respectiva baixa no Sistema, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre a providência adotada e sobre o cumprimento, havendo o número de 425 (quatrocentos e vinte cinco) na diferença entre os físicos e os constantes do Sistema Libra;
- 5 – Juntar as petições intermediárias pendentes de juntada (2.173) e as iniciais pendentes de registro e autuação (04), e encaminhar à conclusão, bem como dar baixa, no Sistema Libra, nas petições intermediárias já juntadas, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento;
- 6 – Cadastrar no Sistema Libra e no Sistema do CNJ, os bens apreendidos, para a posterior destinação, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 7 – Atualizar a lista de réus presos no Sistema Libra, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da recomendação;
- 8 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;
- 9 – Utilizar ferramenta de controle das cartas precatórias expedidas, para controle do prazo para devolução;
- 10 – Encaminhar ao Gabinete todos os processos conclusos, evitando a preclusão, havendo, inclusive, petições iniciais e intermediárias pendentes de conclusão e despacho, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 11 – Realizar o controle do prazo prescricional na contracapa dos processos e/ou no Sistema Libra, inclusive nos processos suspensos;
- 12 – Efetuar o cadastramento das armas apreendidas no Sistema do CNJ e providenciar, junto à Comissão competente do TJPA, a devolução das armas apreendidas, comunicando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 13 – Promover a destinação correta dos bens apreendidos, para que os processos possam ser concluídos com arquivamento e baixa.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 02 do CNJ e concluir os 02 (dois) processos remanescentes da Meta 04 do CNJ;
- 2 – Alimentar mensalmente o Sistema do CNJ de interceptações telefônicas, ainda

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

que não exista pedido, cadastrando a informação respectiva;

3 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 dias, em número elevado (1000);

4 – Despachar as petições iniciais e intermediárias pendentes de despacho, cobrando da Secretaria a conclusão;

5 – Cobrar da Secretaria os processos e as petições que se encontram em pre conclusão;

6 – Cobrar da Diretora de Secretaria o cumprimento das cartas precatórias por ato ordinatório;

7 – Acompanhar, como gestora da unidade judiciária, a alimentação do Sistema Libra, pela Diretora de Secretaria, dos processos de réus presos;

8 – Solicitar à Comissão de armas do TJPA, o recolhimento das armas de fogo que se encontram no Fórum;

9 – Verificar, periodicamente, os benefícios a que têm direito os apenados, para não ocorrer vencimento dos prazos, sem análise;

10 – Decidir sobre a correta destinação dos bens apreendidos, para que os processos possam ser concluídos com arquivamento e baixa.

DA VISITA AO CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE TUCURUÍ

No dia 24 de novembro de 2016, por volta de 15:00 horas, a Juíza Auxiliar da CJCI, Mônica Fonseca, visitou o Centro de Recuperação de Tucuruí, acompanhada do Assessor Jurídico da CJCI, Elias Abufaiad, e da Juíza substituta que responde pela Vara Criminal, Dra. Juliana Souto.

O Diretor do CRRT é o Major QOPM José Luís Vallinoto de Sousa.

De acordo com informações da Direção (Relatório, em anexo), a capacidade do estabelecimento prisional é para 120 (cento e vinte) presos, no entanto, se encontravam custodiados no local 190 (cento e noventa) presos provisórios e 158 (cento e cinquenta e oito) presos condenados, os quais se encontram em regime fechado (total de 348). Há 55 (cinquenta e cinco) detentos em regime semiaberto.

O estabelecimento prisional possui 04 (quatro) blocos: A, B, C e D, cada um com 05 (cinco) celas, em média, com capacidade para 08 (oito) presos. Os presos do Bloco D são os que respondem por estupro e por violência doméstica e familiar, sendo que, se encontravam em torno de 21 presos no referido bloco.

Os blocos ficam localizados ao redor da área destinada ao banho de sol, onde os presos desenvolvem atividades, jogam futebol (havia presos jogando bola no momento da visita).



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Há 01 (uma) sala de aula no Centro de Recuperação, onde estudam presos em dois turnos (manhã e tarde), em média 16 (dezesseis) por turno. Há 02 quadros, livros, carteiras de madeira.

Ocorrem visitas de crianças aos pais presos nas 02 primeiras quartas de cada mês e as crianças ficam aguardando na sala de aula.

Há 01 sala para psicólogos (que são dois), 01 sala para o serviço social, havendo um profissional dessa área. 01 (uma) sala de monitoramento, com câmeras, 01 Sala para a Direção, cozinha, sendo terceirizado o fornecimento da alimentação, que é preparada no local.

Durante a visita, foi observado que havia 10 (dez) apenados com tempo vencido para a avaliação da progressão de regime, tendo a Magistrada que responde pela Vara criminal se comprometido a analisar os pedidos de progressão de regime e de saída temporária nos dias 05 e 15 de dezembro de 2016.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA CJCI:

A Juíza Auxiliar da CJCI sugere à Exma. Sra. Desembargadora Corregedora de Justiça:

A expedição de ofício ao Exmo. Sr. Presidente do TJPA:

- 1 – reiterando a solicitação da Correição ordinária anterior, realizada pela CJCI, em 2014, para elaboração de Resolução, tornando exclusiva da 2ª Vara cível a competência para feitos de família, considerando a ampla competência exclusiva da 1ª Vara cível, que acaba sobrecarregando a unidade judiciária;**
- 2 – solicitando a reforma/ampliação da residência oficial, onde funciona o setor de arquivo, para melhor aproveitamento do espaço;**
- 3 – sugerindo elaboração de Projeto de Lei, para criação de mais uma vara na Comarca de Tucuruí, com competência para os feitos do Tribunal do Júri e da execução penal.**

PROTOCOLO/DISTRIBUIÇÃO

Os serviços de protocolo e de distribuição funcionam em uma sala no Fórum, com banheiro.

Estão lotadas no Setor 05 (cinco) servidoras, sendo 01 (uma) Analista judiciário, chefe da Distribuição, e 04 (quatro) servidoras cedidas pela Prefeitura Municipal, das quais 01 (uma) concursada e 03 (três) contratadas pelo Executivo.


Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

UNAJ

É responsável pela chefia da UNAJ um servidor exclusivamente comissionado.

A UNAJ ocupa uma sala no Fórum, que é bem estruturada, em espaço físico razoável.

SECRETARIA DO FÓRUM

Funciona em uma sala própria.

É responsável pela Secretaria do Fórum um servidor Agente de Segurança Judiciário que ocupa a função de Secretário.

Estão lotadas no setor mais duas servidoras cedidas pela Prefeitura Municipal de Tucuruí.

CENTRAL DE MANDADOS/SALA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Funciona em uma sala com antessala, sendo que na antessala, ficam 02 (duas) atendentes judiciárias, e na sala, ficam os oficiais de Justiça, em número de 05 (cinco), incluindo o Oficial de Justiça nomeado Chefe do Setor.

Há 03 (três) computadores, 01 (uma) impressora e 02 (dois) *scanners*.

NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Funciona em uma sala próxima à Secretaria da Vara Criminal e ao Salão do Tribunal do Júri.

Ficam no setor 01 (uma) Assistente Social, analista judiciário, do quadro do TJPA, e 02 (duas) Assistentes Sociais contratadas pela Prefeitura Municipal de Tucuruí e cedidas ao Judiciário local.

A sala está equipada com 04 (quatro) computadores, 01 (uma) impressora e 01 (um) *scanner*.

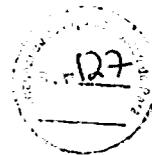
SALA DO SERVIÇO SOCIAL

Fica atrás do Salão do Tribunal do Júri, na sala anteriormente destinada à sala secreta, e é utilizada para atendimentos individualizados a famílias, vítimas, crianças, etc. em processos das varas cíveis e criminais.

O atendimento é feito pelas Assistentes Sociais lotadas no Fórum da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



cedidas para o Fórum).

SALA DE INFORMÁTICA

Há uma sala destinada à Informática.

Encontra-se lotado no Setor um técnico de Informática e também atua no setor o servidor responsável pelo Arquivo.

SETOR DE ARQUIVO

Funciona no prédio antes destinado à residência oficial.

Encontra-se deteriorado, necessitando de limpeza e de reforma, e também o espaço está reduzido. Os processos arquivados se encontram acondicionados em caixas.

Alguns processos não haviam sido recebidos pelo Setor de Arquivo, no Sistema, por haver pendências referentes à não destinação de bens apreendidos nos autos.

Outros Setores do Fórum:

Há 03 (três) motoristas cedidos pela Prefeitura Municipal de Tucuruí, todos contratados pelo Executivo.

Há 02 (duas) servidoras que atuam nos serviços gerais, cedidas pela Prefeitura Municipal de Tucuruí, que são contratadas da Prefeitura, e há 02 (dois) funcionários de empresa terceirizada, que atuam em serviços gerais.

DOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS

A Juíza Auxiliar da CJCI, **Mônica Maciel Soares Fonseca**, visitou, em 24 de novembro de 2016, às 16:00 horas, os dois Cartórios Extrajudiciais da Comarca de Tucuruí (1º e 2º Ofícios), acompanhada do Assessor Jurídico da CJCI, **Elias Abufaiad**, ocasião em que realizou Correição ordinária nos dois cartórios, conforme autos correspondentes (nº 2016.7003951-6), nos quais constam as recomendações.

ENCERRAMENTO DA CORREIÇÃO

No dia 25 de novembro de 2016, às 09:00 horas, no Salão do Júri do Fórum da Comarca de Tucuruí, foi realizada a reunião de encerramento da Correição pela Juíza Auxiliar da CJCI, **Mônica Maciel Soares Fonseca**, pelo Assessor Jurídico da CJCI, **Elias Salomão Abufaiad Neto**, e pela Assessora Jurídica desta Corregedoria, **Thaiza Martins Pereira S. de Farias**, ocasião em que a Juíza da CJCI agradeceu a receptividade, o empenho e a colaboração dos Magistrados e dos servidores do

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

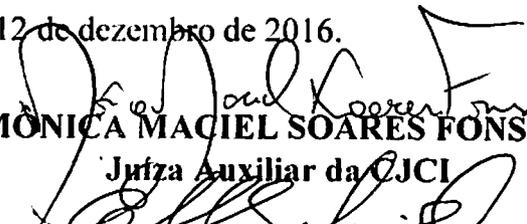
Fórum, a fim de que a Correição ordinária fosse realizada pela Corregedoria de forma adequada e satisfatória, sobretudo através da permanência, após o horário do expediente, tendo solicitado que fosse dada a respectiva compensação de horário aos servidores que permaneceram além do horário. Em seguida, ressaltou a necessidade de julgamento dos processos incluídos nas Metas do CNJ, e, sobretudo, que fosse realizada, da forma adequada, a alimentação do Sistema Libra, para fornecer informações mais precisas sobre a tramitação dos processos. Expôs sobre a necessidade de redução da taxa de congestionamento das Varas.

Foi ressaltada, pela Juíza Auxiliar da CJCI, a situação de sobrecarga da competência da 1ª Vara cível e da Vara Criminal da Comarca, e foi pontuada a pendência de alimentação correta de dados no Sistema Libra. Foi elogiada a atuação dos Oficiais de Justiça que, de um modo geral, cumprem mandados no prazo. A Juíza Auxiliar recomendou a importância do cumprimento da Portaria nº 5464/2016-GP, recém publicada (no DJ do dia 23/11/2016), com mutirão previsto para o período de 05 a 09/12/2016, para baixa no sistema dos feitos com trânsito em julgado, de cartas precatórias já devolvidas aos Juízos de origem, de processos que não estão mais em tramitação, etc. Foi também ressaltada a necessidade de cumprimento da Portaria nº 3038/2005-GP, que trata sobre a racionalização de gastos no âmbito do Poder Judiciário, através, notadamente, da substituição de papéis com termos de conclusão impressos, por carimbos.

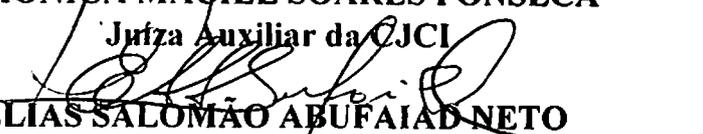
A Juíza titular da 1ª Vara cível e empresarial, Diretora do Fórum, agradeceu a presença da Corregedoria e elogiou sua atuação com um papel mais orientativo do que punitivo, sensível às dificuldades enfrentadas pelas unidades judiciárias.

É o Relatório, que submetemos à apreciação da Exma. Sra. Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça da CJCI.

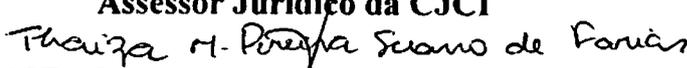
Belém, 12 de dezembro de 2016.


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA

Juíza Auxiliar da CJCI


ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO

Assessor Jurídico da CJCI


THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS

Assessora Jurídica da CJCI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, CENTRAL DE MANDADOS, CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO, NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, SETOR SOCIAL E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE TUCURUÍ - PA

290

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Tucuruí - PA
EDITAL Nº 010/2016
PERÍODO: 21 a 25 de novembro de 2016.
Juíza Corregedora: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca.
1 - INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Secretaria do Fórum da Comarca de Tucuruí, UNAJ, Central de Mandados, Central de Distribuição e Protocolo, Núcleo de Penas e Medidas Alternativas, Setor Social e Setor de Arquivo, todos pertencentes a Comarca de Tucuruí.
1.2 COMPETÊNCIA: Prejudicado
1.3 MAGISTRADO (A) DIRETOR (A) DO FÓRUM: Dra. Cintia Walker Beltrão Gomes
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 03/06/2016
2 - INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Rua 31 de março, s/n, Fórum Lúcio Amorim do Amaral, Bairro Santa Izabel, Tucuruí - PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Os servidores não sabem informar a situação jurídica do imóvel.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: 01 (uma) sala para a Secretaria do Fórum; 01 (uma) sala para a Informática e Arquivo; 01 (uma) sala para a UNAJ; 01 (uma) sala para a Secretaria da 1ª Vara Cível; 01 (uma) sala para a Secretaria da 2ª Vara Cível, com banheiro; 01 (uma) sala para a Secretaria da Vara Criminal; 01 (uma) sala para o Gabinete da 1ª Vara Cível, com banheiro; 01 (uma) sala para o Gabinete da 2ª Vara Cível, com banheiro; 01 (uma) sala para o Gabinete da Vara Criminal, com banheiro; 01 (uma) sala para a Central de Mandados e Sala dos Oficiais de Justiça, com antessala; 01 (uma) sala para a Núcleo de Penas e Medidas Alternativas; 01 (uma) sala para a Defensoria Pública; 01 (uma) sala para a OAB; 01 (um) salão do Tribunal do Júri; 01 (uma) sala para o Setor Social, com banheiro; 02 (duas) celas, com banheiro; 01 (uma) sala para a Central de Distribuição e Protocolo, com banheiro;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, CENTRAL DE MANDADOS, CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO, NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, SETOR SOCIAL E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE TUCURUÍ - PA

01 (uma) sala para a Copa; 04 (quatro) banheiros públicos.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares (X) Ruins Justificar: O telhado do prédio apresenta problemas estruturais e quando chove alguns compartimentos molham, inclusive o gabinete da Vara Criminal.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: É realizada diariamente por 02 (dois) servidores cedidos da Prefeitura Municipal de Tucuruí e 02 (dois) funcionários da Empresa TBF, que possui contrato com o TJE.
2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: O salão do Tribunal do Júri está sem ar condicionado, e quando há sessão os servidores precisam deslocar um aparelho da sala secreta para o salão principal.
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar: Durante o expediente forense, a segurança é realizada por 04 (quatro) Policias Militares. No período noturno e aos finais de semana, a Comarca é guarnecida por 01 (um) funcionário cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí. Além disso, a Comarca possui um sistema de alarme.
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa (X) Regular () Ruim Justificar: A residência oficial funciona como setor de arquivo e há necessidade da realização de reformas a fim de acondicionar melhor os processos que ali se encontram, conforme fotos anexadas ao final deste Relatório.
3. QUADRO FUNCIONAL
3.1. SECRETARIA DO FÓRUM Nome: José Adjalma Rodrigues Demétrio. Cargo: Agente de Segurança Judiciário – Secretário do Fórum Ato de nomeação: Portaria nº 1.062/1990 – GP e Portaria nº 77/2016 - SDF Nome: Zeneide Pereira Leite. Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí Ato de nomeação: Ofício nº 0025/2005 – Secretaria Municipal de Administração de Tucuruí (é servidora contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí) Nome: Maria Domingas Cardoso Rocha. Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí



291

Ato de nomeação: Ofício nº 105/2010 - Secretaria Municipal de Administração de Tucuruí (é servidora contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

3.2. SERVIÇOS GERAIS

Nome: Maria Deusa da Silva Braga.

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidora contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de nomeação: Portaria nº 921/2013 – Gabinete da Prefeitura Municipal de Tucuruí

Nome: Cleide Nazaré Pereira de Assunção.

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidora contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de nomeação: Portaria nº 937/2013 – Gabinete da Prefeitura Municipal de Tucuruí

Nome: Victor Afonso Marques e Silva.

Cargo: Serviços gerais

Ato de nomeação: Funcionário da Empresa TBF

Nome: Thaisa Santos da Silva Soares.

Cargo: Serviços gerais

Ato de nomeação: Funcionário da Empresa TBF

3.3. MOTORISTA

Nome: Aladim de Oliveira Ferreira.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidor contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de nomeação: Ofício nº 062/2013- SEMAD

Nome: Valdenilson Ramos Ventura.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidor contratado da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de Nomeação: Ofício nº 147/20144 – Gabinete da Prefeitura Municipal de Tucuruí

Nome: João Marto da Concelção.

Cargo: Cedido da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidor contratado da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de nomeação: Ofício nº 086/20136 – SEMAD

3.4. SETOR DE INFORMÁTICA

Nome: Lucas Cavalcante de Oliveira.

Cargo: Técnico de Informática

Ato de nomeação: Funcionário da Empresa Montreal, que possui contrato com o TJEPA.

3.5. UNAJ

Nome: Mário Jorge dos Santos Mendes.

Cargo: Chefe da UNAJ – Exclusivamente comissionado

Ato de nomeação: Portaria nº 1552/2005 – GP

3.6. CENTRAL DE MANDADOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, CENTRAL DE MANDADOS, CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO, NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, SETOR SOCIAL E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE TUCURUÍ - PA

Nome: Manoel da Paizão Pereira Nunes.
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 1164/2011- GP

Nome: Edna Viana dos Santos.
Cargo: Atendente Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 1.061/1990 – GP

Nome: Maria de Jesus Carvalho Linhares.
Cargo: Atendente Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 339/1986 – GP

3.7. SALA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Nome: José Amadeu de Oliveira Filho.
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 124/2003 - GP

Nome: Raimundo Martins Araújo.
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 2.830/2010 - GP

Nome: Dimas Teixeira Campelo.
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 738/2012 - GP

Nome: José Roberto da Silva Rocha
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 0723/2004 – GP

3.8. NÚCLEO DE PENAS ALTERNATIVAS E SETOR SOCIAL

Nome: Janaine Cristiane Caldas Cantão.
Cargo: Assistente social (contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)
Ato de nomeação: Ofício nº 46/2016 – Gabinete da Prefeitura Municipal de Tucuruí

Nome: Elen Cristina Borges Freitas.
Cargo: Assistente social (contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)
Ato de nomeação: Portaria nº 45/2016 - Gabinete da Prefeitura Municipal de Tucuruí

Nome: Elizabeth Cristina Nascimento Branche.
Cargo: Analista Judiciária – Assistente social
Ato de nomeação: Portaria nº 1.765/2013 – GP

3.9. CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO/PROTOCOLO

Nome: Conceição Lopes Miranda.
Cargo: Analista Judiciário – Chefe da distribuição
Ato de nomeação: Portaria nº 2827/2010 - GP

Nome: Luara Aires da Silva.



Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidora contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de nomeação: Portaria nº 925/2013 - Gabinete da Prefeitura Municipal de Tucuruí

Nome: Anastaciane Pinto Martins.

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidora concursada ocupante do cargo Auxiliar administrativo da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de nomeação: Portaria nº 532/2016 - Gabinete da Prefeitura Municipal de Tucuruí

Nome: Venilse Almeida Monteiro.

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidora contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de nomeação: Ofício nº 010/2008 - GP

Nome: Ana Fátima Lopes Rendeiro

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Tucuruí (é servidora contratada da Prefeitura Municipal de Tucuruí)

Ato de nomeação: Portaria nº 775/2004 - Gabinete da Prefeitura Municipal de Tucuruí

3.10. SETOR DE ARQUIVO

Nome: José Luiz da Silva.

Cargo: Agente de segurança do TJE

Ato de nomeação: Portaria nº 379/1992 - GP

4. APOIO À ATIVIDADE JURISDICCIONAL

4.1 VEÍCULOS

03 (três)

4.1.1 FROTA:

01 automóvel tipo caminhonete marca Hilux, Placa JVR 2389, ano/modelo 2005/2005, cor prata

01 automóvel marca Fiat Palio, Placa JUT 9498, ano/modelo 2005/2006, cor preta

01 motocicleta marca Honda CG, Placa NSY 1031, ano/modelo 2010/2011, cor vermelha

4.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: Em razão dos oficiais de justiça precisarem cumprir mandados na área rural.

5. INFORMÁTICA

5.1 INFORMÁTICA:

SECRETARIA DO FÓRUM

Computador: 03

Scanner: 00

Impressora: 01 multifuncional

UNAJ

Computador: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, CENTRAL DE MANDADOS, CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO, NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, SETOR SOCIAL E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE TUCURUF - PA

Scanner: 01
Impressora: 01

CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO/PROTOCOLO

Computador: 04
Scanner: 02
Impressora: 05, sendo 01 (uma) multifuncional, 01 (uma) Lexmark, 02 (uma) Zebra e 01 (uma) Argox

CENTRAL DE MANDADOS/SALA DOS OFICIAIS

Computador: 03
Scanner: 02
Impressora: 01

NÚCLEO DE PENAS ALTERNATIVAS/SETOR SOCIAL

Computador: 04
Scanner: 01
Impressora: 01

SETOR DE ARQUIVO/SALA DE INFORMÁTICA

Computador: 01
Scanner: 00
Impressora: 01

5.2.1 ACESSO Á INTERNET:

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

5.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):

Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar

Secretaria do Fórum: 03 (três), sendo a quantidade suficiente para o número de servidores.

UNAJ: 01 (um), e a quantidade é suficiente para o número de servidores.

Central de Distribuição/Protocolo: 05 (cinco), sendo a quantidade suficiente para o número de servidores

Central de Mandados: 03 (três), contudo a quantidade de pontos de rede na referida unidade não é suficiente, uma vez que ali trabalham 05 (cinco) Oficiais de Justiça e 02 (duas) servidoras.

Núcleo de penas alternativas: 05 (cinco), a quantidade é compatível com o número de servidores.

5.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra

5.2.4. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):

Secretaria do Fórum: tjepa061@tjpa.jus.br. Todos os servidores lotados na Secretaria do Fórum verificam o *email* diariamente.

UNAJ: 061unaj@tjpa.jus.br. O *email* da UNAJ é verificado diariamente pelo chefe da unidade de arrecadação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, CENTRAL DE MANDADOS, CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO, NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, SETOR SOCIAL E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE TUCURUÍ - PA

297

Central de Distribuição/Protocolo: protocolotucurui@tipa.jus.br. O *email* do protocolo é verificado diariamente por todos os servidores da unidade.

Central de mandados/Sala dos Oficiais de Justiça: cada servidor utiliza seu próprio e-mail funcional, que é aberto diariamente.

Núcleo de Penas alternativas/Setor Social: cada servidor utiliza seu próprio *e-mail* funcional, que é aberto diariamente.

Setor de arquivo: O servidor responsável utiliza *e-mail* funcional.

6. SECRETARIA DO FÓRUM

6.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

6.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:

6.3 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar:

6.4 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Há necessidade de curso de gestão processual, utilização do Sistema Libra e de Sigadoc.

6.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

(X) Sim () Não

Justificar: Existem duas sindicâncias em trâmite na Comarca, que se encontram-se no gabinete da Juíza Diretora do Fórum.

7. CENTRAL DE MANDADOS

7.1 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:

NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Manoel da Paixão Pereira Nunes	14	09/12/2014
José Amadeu de Oliveira Filho	-	-
Raimundo Martins Araújo	21	19/09/2014
Dimas Teixeira Campelo	36	14/10/2016
José Roberto da Silva Rocha	05	11/11/2016

Observação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, CENTRAL DE MANDADOS, CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO, NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, SETOR SOCIAL E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE TUCURUÍ - PA

7.2 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito através do Sistema Libra, bem como através de uma pasta física, que possui o dia em que o Oficial de Justiça recebeu o expediente.
7.3 MANDADOS PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO: 11 (onze)
8 UNAJ
8.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
8.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
8.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Verificar relatório em anexo de cada unidade judiciária.
8.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observação: O servidor responsável é Mario Jorge dos Santos Mendes.
8.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
8.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Em regra sim, exceto nos casos de justiça gratuita.
9 DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO
9.1. INICIAIS PENDENTES DE ENVIO PARA A SECRETARIA: 82 Justificar: Tal circunstância ocorre em virtude de inconsistência no Sistema Libra, que não permite a geração de papeleta, há cerca de 02 (dois) dias, para envio das petições iniciais as respectivas Secretarias.
9.2. PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE ENVIO PARA A SECRETARIA: 88 Justificar: Tal circunstância ocorre em virtude de inconsistência no Sistema Libra, não permite a geração da etiqueta a ser afixada nas petições intermediárias, há cerca de 02 (dois) dias, para envio aos respectivos setores.
9.3. INICIAIS PENDENTES DE CADASTRO NO SISTEMA LIBRA: 02
9.4. PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS PENDENTES DE CADASTRO NO SISTEMA LIBRA: 47



<p>Considerações CJCI: As petições intermediárias recebidas não são imediatamente cadastradas no Sistema Libra, mas tão somente numa máquina que registra a hora, dia e ano em que foram interpostas. Em momento posterior, os referidos documentos são cadastrados na citada plataforma.</p>
<p>9.5. COM QUE FREQUÊNCIA OS DOCUMENTOS RECEBIDOS/PROTOCOLADOS SÃO ENCAMINHADOS PARA AS UNIDADES JUDICIÁRIAS RESPECTIVAS? Diariamente</p>
<p>10. NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS</p>
<p>10.1. QUAIS AS PENAS ALTERNATIVAS EM TRAMITAÇÃO? Prestação de serviço à comunidade e prestação pecuniária.</p>
<p>10.2. COMO OCORRE A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS? Existe uma ficha de evolução do apenado em cada processo.</p>
<p>10.3. PARA QUAIS INSTITUIÇÕES SÃO ENCAMINHADAS OS APENADOS? Escolas, postos de saúde e instituições filantrópicas previamente cadastrados na Comarca, conforme relatório em anexo.</p>
<p>10.4. É UTILIZADO O SDJ PARA DEPÓSITO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA: Sim</p>
<p>10.5. QUANTIDADE DE PROCESSOS/ENCAMINHAMENTOS QUE SE ENCONTRAM TRAMITANDO NA UNIDADE PARA ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DA PENA: 59 processos e 36 encaminhamentos (somente com a cópia do ofício especificando a quantidade de horas que o apenado tem que cumprir e encaminhando-o a instituição adequada).</p> <p>Considerações CJCI: Há a necessidade de montar pastas individualizadas de cada apenado.</p>
<p>10.6. COM QUE FREQUÊNCIA SÃO REALIZADAS VISITAS ÀS INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM APENADOS CUMPRINDO PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS? Mensalmente.</p>
<p>10.7. DE QUE FORMA TEM SIDO FEITA A HABILITAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PARA RECEBIMENTO DE VALORES: A unidade possui um requerimento padrão de credenciamento que demanda o preenchimento dos dados mínimos necessários, conforme documentos em anexo.</p>
<p>11. SETOR SOCIAL</p>
<p>11.1. QUANTIDADE DE ESTUDOS SOCIAIS PENDENTES DE REALIZAÇÃO: 11</p>
<p>11.2. QUANTIDADE DE ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA: 02</p>
<p>11.3. O SETOR SOCIAL SÓ REALIZA ESTUDO SOCIAL PARA OS PROCESSOS DA COMARCA DE TUCURUÍ? Sim</p>
<p>11.4. QUEM ACOMPANHA O CUMPRIMENTO DA MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA: CREAS</p>
<p>11.5. COMO É REALIZADO O ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DA MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA: através de relatórios mensais enviados pelo CREAS que são protocolados diretamente nos autos do processo.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SECRETARIA DO FÓRUM, UNAJ, CENTRAL DE MANDADOS, CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO, NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, SETOR SOCIAL E SETOR DE ARQUIVO, TODOS PERTENCENTES A COMARCA DE TUCURUÍ - PA

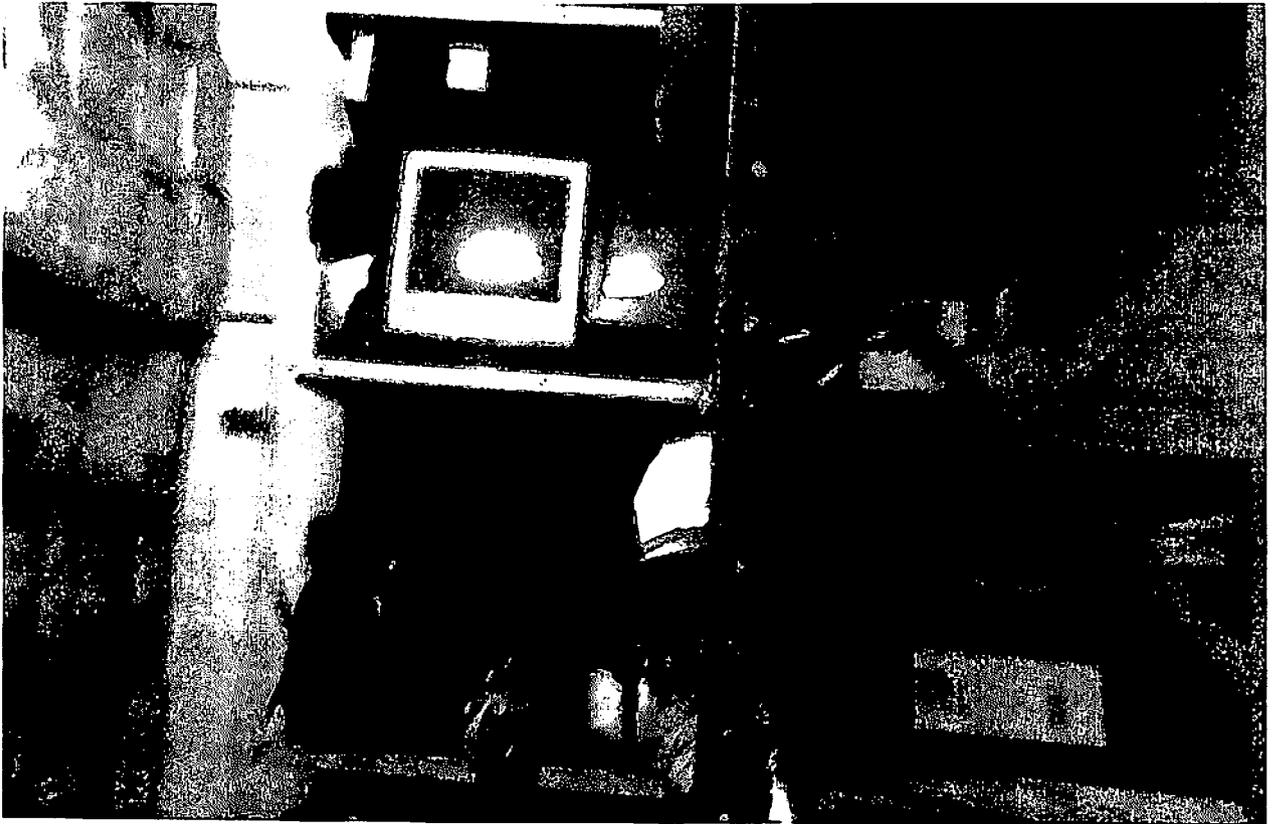
12. SETOR DE ARQUIVO
12.1. QUEM É O RESPONSÁVEL PELO SETOR DE ARQUIVO? O servidor José Luiz da Silva.
12.2. ONDE FUNCIONA O SETOR DE ARQUIVO? Na residência oficial. Contudo, o servidor responsável pela unidade desempenha suas funções diariamente em uma das salas do Fórum da Comarca de Tucuruí, que divide com o setor de informática, só se dirigindo a Residência Oficial para guardar os processos arquivados.
13.3. COMO OS PROCESSOS ARQUIVADOS ENCONTRAM-SE ACONDICIONADOS? Os processos estão guardados em caixas, devidamente etiquetadas, em armários de ferro, de forma a facilitar sua localização.
13.4. SÃO GUARDADOS OUTROS OBJETOS NO REFERIDO SETOR? EM CASO POSITIVO, QUAIS? Sim, guardados bens apreendidos sem destinação judicial e cujos processos já se encontram arquivados.
13.5. OS AUTOS TRAMITADOS PARA O SETOR DE ARQUIVO SÃO RECEBIDOS NO SISTEMA LIBRA? Nem todos, em razão de alguns processos terem sido arquivados com bens apreendidos sem que lhe fosse fornecida destinação judicial adequada, fato que impede o seu recebimento na referida plataforma.
13.5. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares (X) Ruins Justificar: Há necessidade de realização de reformas na residência oficial a fim de que a mesma funcione de maneira adequada como setor de arquivo.
13.6. LIMPEZA E HIGIENE () Boas () Regulares (X) Ruins Justificar: Devido a Residência Oficial possuir área limitada para acondicionar os processos arquivados da Comarca de Tucuruí e de, no mesmo local, encontrarem-se localizados diversos bens apreendidos sem destinação judicial, tal fato dificulta a realização de uma limpeza adequada na referida área. Ressalte-se que, foram localizados entulhos e uma certa quantidade lixo na área externa do imóvel, conforme fotos em anexo.
13. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA
14. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO

Tucuruí, 23/ 11/2016.











ARMOUR
NORMAL
LOTS
171

ARMOUR
NORMAL
LOTS
172

ARMOUR
NORMAL
LOTS
173

ARMOUR
NORMAL
LOTS
174

ARMOUR
NORMAL
LOTS
157

ARMOUR
NORMAL
LOTS
158

ARMOUR
NORMAL
LOTS
159

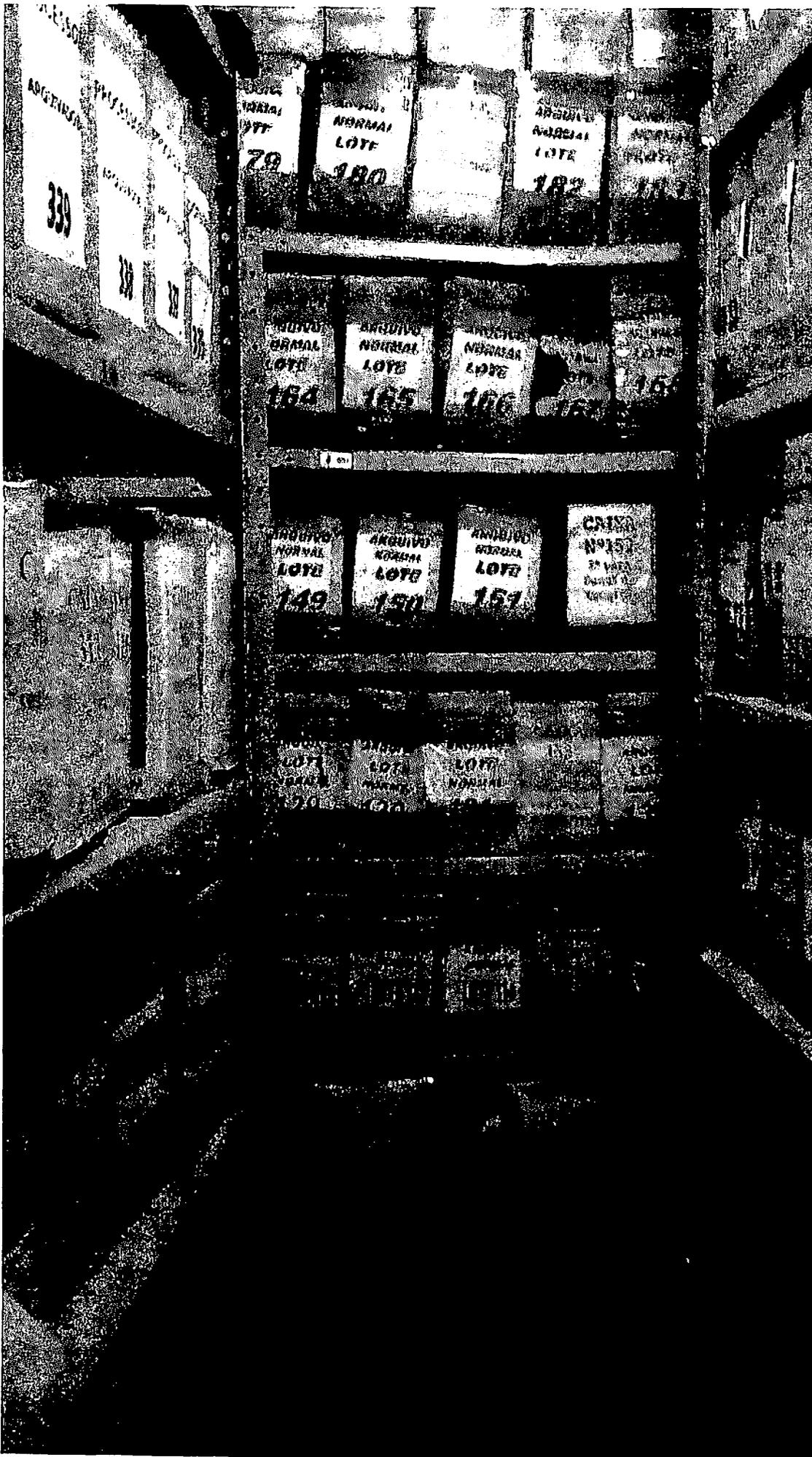
ARMOUR
NORMAL
LOTS
139

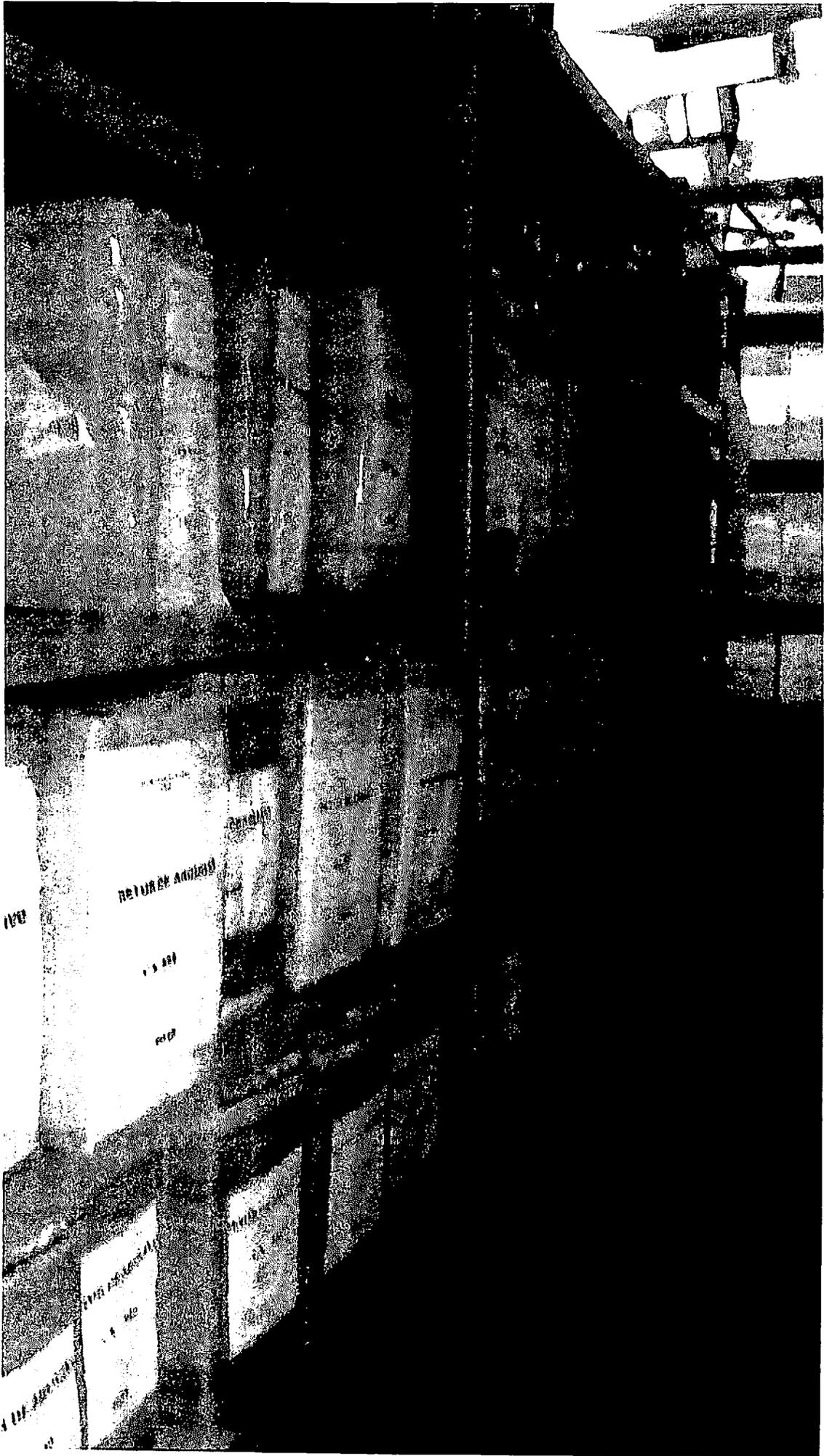
ARMOUR
NORMAL
LOTS
140

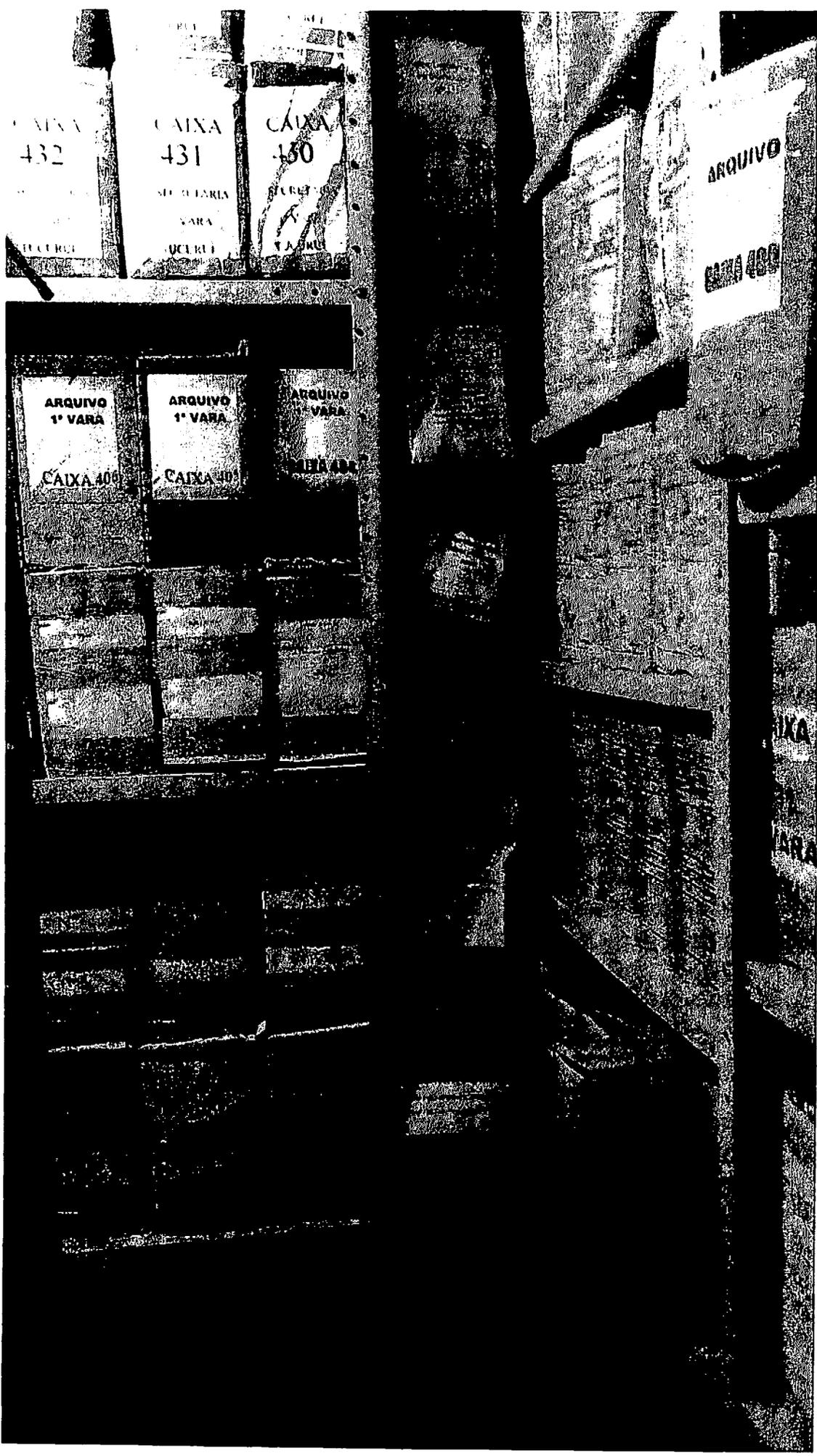
ARMOUR
NORMAL
LOTS
141

ARMOUR
NORMAL
LOTS
142

ARMOUR
NORMAL
LOTS
143







CAIXA
432

CAIXA
431

CAIXA
430

SECRETARIA
VARA
SECRETARIA

SECRETARIA
VARA
SECRETARIA

SECRETARIA
VARA
SECRETARIA

ARQUIVO
1ª VARA

ARQUIVO
1ª VARA

ARQUIVO
1ª VARA

CAIXA 408

CAIXA 408

CAIXA 408

ARQUIVO

CAIXA 408

CAIXA

VARA